



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa

Elákcio da Marta

Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

O Plenário procedeu ao debate conjunto, na generalidade, das propostas de lei n.º 08/XI/3.ª/2019 – Grandes Opções do Plano (GOP) e n.º 09/XI/3.ª/2019 – Orçamento Geral do Estado (OGE), após apresentação pelo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus) e leitura do parecer da Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparéncia e Administração Pública (2.ª Comissão Especializada Permanente), pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos (ADI). No debate, usaram da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro, que também respondeu às questões

levantadas, o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (Elsa Pinto), o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro) e os Srs. Deputados Carlos Correia (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Cristina Dias (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCISTP), Alexandre Guadalupe (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) e Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**André Varela Ramos**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Arlindo Ramos**

**Berlindo Branco Vilela Silvério**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Carlos Pinheiro**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Carlos Manuel Vila Nova**

**Celmira de Almeida Sacramento**

**Domingos José da Trindade Boa Morte**

**Ekneide Lima dos Santos**

**Idalécio Augusto Quaresma**

**Joaquim Salvador Afonso**

**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

**Martinho da Trindade Domingos**

**Paulo Jorge Carvalho**

**Policarpo de Oliveira**

**Sebastião Lopes Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário Crisóstomo**

**Amaro Pereira de Couto**

**Américo Cravid Pereira Pinto**

**António das Neves Sacramento Barros**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Aysa Fortes da Silva**

**Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos**

**Cristina Maria Fernandes Dias**

**Danilo Neves dos Santos**

**Deolindo Luís da Trindade da Mata**

**Eláckio Afonso da Marta**

**Ermindo José Lourenço**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**

**José Rui Tavares Cardoso**

**Jaime Pires Sequeira de Menezes**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**Maiquel Jackson do Espírito Santo**

**Manuel Vicente**

**Paula Maria Fonseca Tavares**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Carvalho**

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**

**Delfim Santiago das Neves**

**Felisberto Fernandes Afonso**

**Jamiel Joana Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo  
Almerino Ferreira Ribeiro**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, de acordo com a confirmação da Mesa, estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Há quórum e declaro aberta a sessão.

Portanto, temos hoje o início da discussão das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE). Nesta sessão, não há período de antes da ordem do dia nem declarações políticas. Por isso, convido o Governo a ocupar o seu lugar, devendo os serviços agir em conformidade.

Precisamos de informar que estão agendados duas sessões plenárias para esta discussão, uma hoje e continuará amanhã. O tempo distribuído para cada sessão é o que está exposto no ecrã que se encontra na sala.

O Sr. Primeiro-Ministro não está na Sala e não sei se algum Ministro o irá substituir.

*Pausa para a entrada dos membros do Governo.*

Enquanto isso, fazemos enquadramento regimental sobre as sessões plenárias marcadas para hoje e amanhã e peço ao Sr. Secretário para fazer o seu enquadramento.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Ministros, bom dia.

Como foi dito pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o debate está programado para 2 dias, de acordo com o tempo distribuído aos diferentes grupos parlamentares e o Governo. Esse debate enquadra-se no artigo 209.<sup>º</sup> e 210.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional, tal qual foram informados os Srs. Deputados, através da convocatória que foi distribuída, e passo à leitura dos dois artigos: O artigo 209.<sup>º</sup> faz referência ao debate na generalidade.

Ponto um: «O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.<sup>º</sup> do Regimento».

O artigo 158.<sup>º</sup> faz a referência ao tempo do debate, que foi fixado pela Conferência de Líderes, que agendou essa reunião.

Ponto dois: «O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo».

Ponto três: «Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei».

Ponto quatro: «Durante o debate, as reuniões não têm período de antes da ordem do dia». Isto em relação ao artigo 209.<sup>º</sup>

Em relação ao artigo 210.<sup>º</sup>, que tem como epígrafe «votação na generalidade», para esses 2 dias: «No termo do debate, são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado».

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse é o enquadramento na generalidade e seguir-se-ão, posteriormente, as fases na especialidade e votação final global, que encerram o processo dessas duas propostas de lei.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, feito o enquadramento legal da discussão das GOP e do OGE, de seguida, peço ao Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo que faça a apresentação dos dois diplomas.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, as minhas saudações, cumprimento extensivo à Mesa da Assembleia, queria também cumprimentar a augusta Assembleia e manifestar o prazer, a honra e o privilégio que sinto em estar aqui hoje, encabeçando esta equipa governativa, para proceder à apresentação do OGE e das GOP.

A história constrói-se por dever de memória, seja ela político-institucional, económico-financeira ou sócio-cultural, entre outras vertentes. Reminiscências e esquecimentos são duas facetas da mesma moeda, o passado.

Para aqueles que teimam em esquecer, eu lembro que foi no dia 3 de Dezembro de 2018, uma Segunda-feira, que a história do XVII Governo Constitucional começou, sustentado pela maioria democrática MLSTP/PSD, PCD-MDFM/UDD.

Mais uma vez, obrigado povo de São Tomé e Príncipe, pela maturidade na alternância política, pela afirmação do Estado do Direito Democrático e pela lição do exercício de democracia participativa, em que o povo é de facto quem mais ordena.

Refrescamento cronológico: 7 de Outubro de 2018, eleições legislativas, autárquicas e regional; 19 de Novembro, estado da Nação; 27 de Dezembro, Programa do Governo, 17 de Abril de 2019, publicação

do OGE no *Diário da República*; Maio de 2019, início da execução orçamental, num horizonte de 8 meses, data completamente desfasada dos orçamentos dos parceiros bilaterais e multilaterais, consequentemente, dificuldade acrescida na mobilização de financiamentos em donativos e créditos concessionais, sem um programa amarrado com o FMI; dependência de 97 % em termos de investimentos de capital, praticamente, exportação, quase nada, importação, quase tudo; 2 de Outubro de 2019, até que em fim, assinatura do programa com o FMI, naturalmente faltando 3 meses para fechar o ano económico; taxa de pobreza superior a 66%; défice de energia, estamos com os mesmos geradores de Dezembro, sem combustível ou, eu diria, défice também de combustível e nem dinheiro para o comprar; muitas dificuldades para honrar compromissos salariais e pagamentos de dívidas com todo o mundo; tecido empresarial débil e falido; alta expectativa da juventude maioritária; grande crise política; problemática da Justiça; polémica em torno da luta contra a corrupção.

Pontuei, numa rápida pincelada, o início desta governação, por imperativo de honestidade política, intelectual e pelo facto de ter jurado verdade, diálogo e prestação de contas. Por falar em verdade, olhemos-nos, olhos nos olhos, uns aos outros, como verdadeiros compatriotas e representantes do povo, sem subterfúgio político, nem pseudo-nacionalismo ou populismo. Coloquemos a mão na consciência colectiva, ética, cívica e política.

Durante esses 44 anos de soberania, com o envolvimento de todos os partidos políticos presentes nesta augusta Assembleia, na busca de soluções para o País, se refogarmos ganhos e perdas, comparativamente com outros países da grelha de partida em 1975, o resultado é claramente de desilusão para São Tomé e Príncipe. O nosso povo merecia mais e melhor, um país com mais desenvolvimento e menos pobreza, politiquice e *fitchim*.

#### *Murmúrios gerais.*

Por conseguinte, falhamos todos na forma de elaborar orçamentos sem cabimentação previamente garantida, no modo de fazer política nesse pequeno Estado insular de pouca gente e com uma realidade histórica, social, económica e cultural muito peculiar e complexa.

Precisamos, e urgentemente, de arrepriar caminho, de mudar de paradigma, de estratégia e adoptar uma postura política de maior realismo, humildade, trabalho arduamente honesto e menos desconfiança uns dos outros.

Este povo não aguenta mais essa miséria física, mental, política, cívica, ética e moral.

Sei que muitos políticos do Grupo Parlamentar adversário certamente já se preparam, ou preparam um discurso político de arremessos, apedrejamento ao Governo e oportunisticamente empolgados, possivelmente, pelo poder do microfone, vão tentar ludibriar o nosso povo, demonstrando que o Governo de Bom Jesus não cumpriu determinadas acções e projectos plasmados no OGE de 2019.

#### *Murmúrios e protestos do ADI.*

Por favor, é possível servir São Tomé e Príncipe de maneira mais profícua. Não se dêem a este recorrente trabalho de crítica sem apontar soluções.

O povo de São Tomé e Príncipe cresceu e vai ganhando maturidade política para fazer a sua própria avaliação e juízo.

De facto, perante a conjuntura acima apontada, enquanto Chefe do Governo, sem dom milagroso, sou o primeiro a reconhecer que o Governo trabalhou muito, mas ficou aquém do cumprimento cabal do OGE de 2019.

#### *Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

A equipa governativa será avaliada pelo desempenho, ou falta de empenho.

Tratou-se de um primeiro ano de governação à bombeiro, para pagar fogos herdados, repescar importantes informações e projectos do Estado ocultados, lidar com novos desafios, momentaneamente a compra de combustível, fora do mercado angolano, e lançar as bases para o arranque e implementação de projectos estruturantes no OGE de 2020 e que extravasam, tendo em conta a envergadura dos mesmos: porto de águas profundas, aeroporto, estrada n.º1, reabilitação da marginal, transição energética através de energias limpas, casas sociais e reabilitação do centro histórico da cidade de São Tomé, entre outros.

#### *Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Todavia, com um programa do Governo para 4 anos, projetamos honrar o prometido até o fim da legislatura, no estrito cumprimento dos quatro eixos de uma governação que queremos, paulatinamente inclusiva, a saber: reforço dos pilares do Estado de Direito Democrático, da justiça e da coesão nacional; o crescimento económico; a dignificação do povo santomense mediante investimentos no capital humano, educação, saúde, proteção social, entre outros, e a contínua diplomacia económica.

Com base na experiência e dinâmica adquiridas em 2019, o Governo continuará a criar o melhor ambiente propício para negócios, atrair o investimento directo estrangeiro, promover o tecido empresarial

nacional e estimular o empreendedorismo jovem, para garantir o crescimento económico e fazer recuar o desemprego jovem. O turismo é a grande prioridade e, acreditamos, a alavanca económica.

Não perderemos de vista o investimento no capital humano, isto é, educação de qualidade, formação profissional, saúde, protecção social, saneamento básico, etc.

O OGE para o Ano Económico de 2020 está cifrado em Dbs. 3.432.000.000,00 (três mil milhões, quatrocentos e trinta e dois milhões de dobras), equivalente a cerca de USD 159.000.000 (cento e cinquenta e nove milhões de dólares norte americanos), sendo financiado da seguinte forma: receitas de capital Dbs. 1.530.000.000,00 (mil milhão, quinhentos e trinta milhões de dobras), donativos Dbs. 1.711.000.000,00 (Mil milhão, setecentos e onze milhões de dobras), financiamento Dbs. 191.000.000,00 (Cento e noventa e um milhões de dobras).

É preciso salientar que, em termos de priorização, do total geral do OGE 2020 55% das despesas estão consignadas aos sectores seguintes: Educação, 15,7%, Obras Públicas, 15,5%, Saúde, 11,7%, Defesa, 6,5%, Agricultura, 5,5%, e por aí fora.

No capítulo dos investimentos públicos, 68% das despesas estão alocadas aos sectores seguintes: Obras Públicas, 32,6%, Educação, 13%, Saúde, 12,3%, Agricultura, 10,1%.

Da estrutura de financiamento do investimento público, ainda continuamos a depender do financiamento externo, 97% das despesas serão asseguradas pelos recursos externos, cabendo apenas 3% das despesas a serem financiadas com recursos internos, o que denota dependência externa do País em termos de ajudas ao desenvolvimento.

Posto isso, vou convidar o Ministro do Plano e Finanças, para informações complementares sobre a execução do OGE e das GOP 2019 e a projecção do OGE 2019.

**Uma voz do MLSTP/PSD: — 2020!**

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Auguro votos de um debate profícuo, patriótico, com sentido de Estado e muita elevação.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Apenas para...

*Murmúrios e protestos do ADI.*

Apenas para cumprirmos o Regimento, o seu convite não tem enquadramento regimental. Portanto, o Sr. Ministro das Finanças poderá intervir durante o debate que se abre a partir de agora.

**O Sr. O Sr. Primeiro-Ministro :** — Muito obrigado!

**O Sr. Presidente:** — Entretanto, vamos pedir ao Sr. Presidente da 2.ª Comissão Especializada para fazer a apresentação do parecer final, que recaiu sobre os dois diplomas.

Tem a palavra o Sr. Presidente da 2.ª Comissão.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — Sr. Presidente, antes de convidar o relator, gostaria de usar da palavra, para citar o artigo 102.º, «pedido de esclarecimento».

**O Sr. Presidente:** — Nesta fase não há espaço para pedidos de esclarecimento, salvo se for para evocar o Regimento sobre a orientação dos trabalhos.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — É mesmo isso.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para evocar o Regimento.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Caros Deputados: Gostaria de pedir esclarecimentos à Mesa da Assembleia e também ao Sr. Primeiro-Ministro sobre qual será a modalidade da transmissão desse debate. Iremos ter a transmissão directa pela televisão, a TVS, televisão pública, e pela Rádio Nacional?

É este aspecto.

Aproveitaria para solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro para orientar o Ministro das Infra-estruturas e o Secretário de Estado da Comunicação Social que diligenciassem para que pelo menos hoje, na Região Autónoma do Príncipe, a luz não fosse embora ao meio dia, para que possam auscultar o debate deste documento tão importante para o País. E acrescento mais, que isso seja extensivo às zonas longínquas...

**O Sr. Presidente:** — Evoque o Regimento, Sr. Deputado. É para isso que lhe dei a palavra, não para pedir esclarecimento nesta fase.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ok. Gostaria que me explicasse os moldes da transmissão em directo deste debate.

O Sr. **Presidente**: — A sessão está a ser transmitida no quadro actual, não há qualquer norma regimental que obriga a transmissão directa. Por outro lado, fizemos todas as diligências para que a transmissão fosse transmitida em directo. Segundo o Director da Televisão, há um problema técnico que não possibilita a transmissão directa. No entanto, estão cá os técnicos da TVS, da Rádio Nacional, inclusive da RTP África, que estão a fazer a cobertura global da sessão plenária, e a Rádio está a transmitir em directo.

Quanto à questão que levantou sobre a transmissão ou pelo menos que desse a possibilidade de a População do Príncipe seguir o debate durante todo o tempo, por causa de cortes de energia, caberá ao Sr. Primeiro-Ministro responder. Como sabe, a Assembleia não tem qualquer informação do período regular de fornecimento de energia na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Primeiro-Ministro** — Sr. Presidente, já houve orientações nesse sentido e pedi aos Ministros para fazerem esse contacto. De qualquer forma, já há orientações no sentido de reforçar o combustível nesta fase e nesta quadra festiva, para o Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Satisfaz, Sr. Deputado?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, espero que seja cumprida a promessa aqui feita.

O Sr. **Presidente**: — Tem de novo a palavra, para a apresentação do parecer.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Convido o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para a apresentação do parecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Antes de ler o parecer, gostaria de informar que este parecer é da 2.<sup>a</sup> Comissão, Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros, Transparéncia e Administração Pública da Assembleia Nacional e compõe-se do parecer desta Comissão e da 1.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Comissões. São Comissões constituídas por Deputados da oposição, do poder, não é um parecer da Comissão, mas é um parecer da Assembleia Nacional.

«Parecer relativo às propostas de Lei n.<sup>os</sup> 08 e 09/XI/3.<sup>a</sup>/2019 – Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Geral do Estado (OGE), respectivamente, para o Ano Económico de 2020.

Enquadramento legal. Ao abrigo da alínea b) do artigo 111.<sup>º</sup> da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Governo elaborou, observando os dispostos nos artigos 20.<sup>º</sup>, 21.<sup>º</sup>, 22.<sup>º</sup> e 23.<sup>º</sup>, todos da Secção IV, da Lei n.<sup>º</sup> 3/2007, alterada pela Lei n.<sup>º</sup> 12/2009 – SAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2020.

No cumprimento do artigo 24.<sup>º</sup> da Lei n.<sup>º</sup> 3/2007, alterada pela Lei n.<sup>º</sup> 12/2009 – SAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), no dia 15 de Novembro de 2019, o Governo apresentou as referidas propostas de Lei à Assembleia Nacional, observando assim os estipulados nos pontos 1 e 2 do artigo 205.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional (RAN).

Admitidas as referidas propostas, Sua Exceléncia o Presidente da Assembleia Nacional, observando o ponto 2 do artigo 206.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional remeteu-as a esta Comissão, para efeito de elaboração do respectivo parecer.

Assim, a 2.<sup>a</sup> Comissão reuniu, nos dias 26, 27, 28 e 29/11/2019 e 2/12/2019, com todos os seus membros, para proceder à análise das referidas propostas de lei e indigitar o respectivo relator, nos termos regimentais.

Balanço da Execução Orçamental do ano 2019.

O Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019 previa arrecadar receitas efectivas mais financiamentos, no valor total de 3.160.268 milhares de dobras, despesas efectivas mais despesas financeiras com amortização da dívida pública fixadas, no valor de 3.160.268 milhares de dobras.

Ao proceder à análise dos relatórios e do balanço da execução orçamental, a Comissão constatou que as receitas totais (soma das receitas efectivas e dos financiamentos), até Setembro 2019, totalizaram um montante de 1.597.546 milhares de dobras, o que corresponde a 50,6% do programado.

O nível de execução, assim como a diminuição observada, deve-se principalmente à contida mobilização de recursos externos, tanto na vertente de empréstimos como dos donativos. Entretanto, o Governo espera neste agregado de receitas atingir um nível de execução de 94,4%.

As despesas totais, que representam a soma das despesas de funcionamento (incluindo juros da dívida e despesas consignadas), despesas de investimentos públicos e despesas financeiras (despesas

com amortização do capital da dívida pública) conheceram, até Setembro de 2019, uma taxa de execução de 49% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 1.548.400 milhares de dobras, sendo na sua maioria despesas de funcionamento.

A baixa execução das despesas deveu-se, em decorrência da contida mobilização de recursos externos, tanto crédito como donativo para financiar projectos inscritos.

Enquadramento macroeconómico das propostas de lei.

Contexto Internacional.

A mais recente edição de Outubro de 2019 do *World Economic Outlook* (WEO) do FMI indica uma persistência do abrandamento observado até o primeiro semestre de 2019, com as projecções de crescimento económico para 2019, no sentido decrescente, de 3,6% para 3,0%. Esta redução de crescimento é influenciada pelo aumento das barreiras comerciais e das tensões geopolíticas, particularmente entre os Estados Unidos e a China, também pelos factores nacionais específicos em várias economias de mercado emergentes, bem como por forças estruturais, como o baixo crescimento da produtividade e o envelhecimento demográfico das economias avançadas.

No grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento deverá atingir um nível mínimo de 3,9% em 2019 e aumentar para 4,6% em 2020. Previsões para 2019 e 2020 são 0,5 e 0,2 pontos percentuais abaixo, respectivamente, do que foi estimado em Abril de 2019, devido às revisões em baixa em todas as principais regiões, com excepção das economias emergentes da Europa.

As perspectivas macroeconómicas para a África subsariana são de abrandamento, influenciado pela incerteza permanente da economia global e pelo ritmo lento das reformas internas, relatam a 20.<sup>a</sup> edição do *Africa's Pulse*, bem como as perspectivas Económicas Regionais para a África Subsariana do FMI, ambos de Outubro de 2019.

O FMI reviu também em baixa a previsão de crescimento das economias da África subsaariana, sendo 3,2% do PIB em 2019, e uma ligeira aceleração para 3,6% em 2020, contra a previsão de 3,5% e 3,7% apresentada em Abril de 2017.

Contexto Nacional.

O crescimento global do PIB sâo-tomense, em 2018, foi de 2,7%. Esta mesma cifra foi projectada para 2019, representando uma desaceleração de 1,2% face à cifra de 3,9% registada em 2017.

A baixa performance da economia que se observou em 2018 manteve-se em 2019 é explicada essencialmente pela diminuição dos investimentos públicos, resultante por sua vez da diminuição na entrada de recursos externos.

O Governo continuará a implementar a política fiscal de rigor, garantindo a estabilidade macroeconómica, o que fará com que o crescimento económico, em 2019, alcance pelo menos a cifra observada em 2018 (2,7%) e, a médio prazo, valores acima de 4%.

A médio prazo, ou seja, a contar de 2020, o Governo prevê o crescimento do PIB acima dos 4%. Esse crescimento será essencialmente sustentado pela consolidação das reformas fiscais, realização de investimentos com efeitos multiplicadores na economia – aeroporto, porto, estradas, requalificação da marginal – fortalecimento do sector privado, dinamização do sector turístico, pesca, bem como do agro-industrial.

A inflação anual que, em termos homólogos, apresentou, em Dezembro de 2018, uma cifra de 9,0%, projecta-se alcançar até final de 2019 uma cifra não superior a 7%, uma vez que, em termos homólogos, a inflação atingiu, em Setembro de 2019, a cifra de 5,4%. A aceleração da inflação no período em análise deveu-se essencialmente ao aumento dos preços dos combustíveis, o nível de pluviosidade superior ao ano anterior, que tem condicionado a escassez dos produtos locais (legumes e pescados), ao aumento dos preços das bebidas alcoólicas.

O défice orçamental primário atingiu 4,2% do PIB face ao objectivo previsto de 1,3% do PIB. Com a inclusão no valor das dívidas contraídas pelas empresas e instituições públicas autónomas, o défice primário implícito aumentou para cerca 5% do PIB. A deterioração do défice deveu-se essencialmente à diminuição das receitas fiscais, resultante em parte de alguma perturbação provocada pelas eleições legislativas, da diminuição dos investimentos públicos associados à fraca actividade económica e à conjuntura económica internacional pouco favorável.

Há uma preocupação no sentido de alcance da meta do défice primário interno de 2,1% revisto para 2019. Neste sentido, os esforços estão sendo evididos, tanto do lado de receitas, com o maior acompanhamento no pagamento dos atrasados pelos impostos devidos, como do lado de despesas, em que se tem registado maior rigor no controlo e contenção.

A reduzida entrada de recursos externos, quer relativos à conta corrente (tradicionalmente deficitária), quer de natureza financeira (nomeadamente desembolsos de empréstimos), contribuíram para que as reservas internacionais líquidas caíssem para níveis críticos ligeiramente abaixo de 3 meses de importação no final de 2018 (a cifra projectada para 2019 é de 3,2 meses de importação), face aos 4,3 meses de importação observados em 2017, devido ao aumento da procura de divisas para satisfazer as importações que superou largamente a oferta das mesmas.

A taxa de câmbio fixa limita a eficácia das ferramentas de políticas monetárias. Assim, este facto alerta para a necessidade de prosseguir os esforços na implementação de uma política fiscal mais rigorosa, no sentido de conter a procura interna e apoiar a indexação ao euro.

Até Setembro de 2019, as receitas correntes (excluindo o petróleo) ascenderam a 1.002.753 milhares de dobras, o que corresponde a 76,9% do programado e mais 21% face ao arrecadado em 2018.

Até Setembro de 2019, as despesas primárias atingiram 1.181.581 milhares de dobras, o que corresponde a 79,1% do programado e mais 18,8% do executado em 2018.

A captação de donativos elevou-se a 367.352 milhares de dobras, representando pouco mais do que 49% do programado e menos 12,4% do mobilizado no período homólogo de 2018.

As despesas de investimentos ascenderam aos 265.776 milhares de dobras (um grau de execução de 18,1%), sendo que 4% foram financiadas com recursos internos e 96% com recursos externos. Comparativamente ao período homólogo do ano transacto, estas correspondem a um decréscimo de 58,7%».

Quanto a esse ponto, eu gostaria de chamar atenção ao Governo para um erro que está no Orçamento. O Governo diz 40% mais 96%, mas deve ser engano de dactilografia. Não é 40%, é 4%. Portanto, nós da Comissão detectámos esse erro e achamos que não devíamos pôr no parecer tal e qual como está na proposta, era bom ser corrigido.

«Quanto à dívida pública, as mesmas atingiram, até Setembro, um pico de USD 380,7 milhões, representando um aumento em valores absolutos de USD 84,7 milhões, ou seja, mais 28,6% do total registado no final do ano 2018. O aumento observado ao nível do stock da dívida deve-se ao facto de passar-se a incorporar, no quadro da dívida, os atrasados internos, onde a principal componente é o pagamento em atraso do Estado à Empresa Nacional de Combustível e Óleos (ENCO) e atrasados relativos aos fornecedores de bens e serviços, sobretudo à Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Companhia São-tomense de Telecomunicações (CST), pelos fornecimentos dos respectivos serviços.

Proposta de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano 2020. Ao analisar a proposta das GOP para o Ano Económico 2020, constata-se que apresenta programas, medidas e acções que têm correspondência constantes no OGE para 2020 e estabelece domínios prioritários de intervenção, assentando fundamentalmente nas áreas de infra-estruturas, com destaque para as infra-estruturas de transportes, captação e distribuição de água às populações, melhoria da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, reforço e melhoria da produção de culturas, tanto de exportação como alimentares, acesso e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis, reforma da Justiça, bem como a melhoria dos cuidados de saúde.

Proposta de lei sobre o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2020. Estimativas de receitas.

É estimado em Dbs. 3.431.865.000,00 (três mil milhões, quatrocentos e trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil dobras) o montante das receitas, incluindo financiamento, para o ano fiscal de 2020, que faz parte integrante da presente Lei, das quais: receitas correntes, estimadas em Dbs. 1.530.267.000,00 (mil milhões, quinhentos e trinta milhões, duzentas e sessenta e sete mil dobras).

Donativos estimados em Dbs. 1.710.937.000,00 (mil milhões, setecentos e dez milhões, novecentas e trinta e sete mil dobras).

Financiamentos estimados em Dbs. 190.661.000,00 (cento e noventa milhões, seiscentas e sessenta e uma mil dobras).

Os Donativos previstos no ponto 5.1.3, discriminam-se da seguinte forma:

Apoio Orçamental no valor total de Dbs. 253.956.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões, novecentas e cinquenta e seis mil dobras), no qual se destacam as contribuições do Banco Africano para Desenvolvimento, da União Europeia e do Banco Mundial.

Utilização do Fundo HIPC, fixado em Dbs. 83.255.000,00 (oitenta e três milhões, duzentas e cinquenta e cinco mil dobras).

Donativo para projectos, estimados em Dbs. 1.373.726.000,00 (mil milhões, trezentas e setenta e três milhões, setecentas e vinte e seis mil dobras).

As fontes de financiamentos previstos na alínea c) do n.º 1 são as seguintes:

Interna – Utilização da Conta Nacional do Petróleo, fixada em Dbs. 81.763.000,00 (oitenta e um milhões, setecentas e sessenta e três mil dobras) e, Alienação de Activos, estimado em Dbs. 1.500.000,00 (um milão e quinhentas mil dobras).

Externa – Desembolsos de Empréstimos para projectos, fixados em Dbs. 107.398.000,00 (cento e sete milhões, trezentas e noventa e oito mil dobras).

Fixação de Despesas.

É fixado em Dbs. 3.431.865.000,00 (três mil milhões, quatrocentos e trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil dobras) o montante das despesas para o ano de 2020, estruturados nas suas componentes seguintes:

As Despesas de Funcionamento no valor de Dbs. 1.742.935.000,00 (mil milhões, setecentos e quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil dobras).

As Despesas de Investimento Público, no montante de Dbs. 1.527.328.000,00 (mil milhões, quinhentas e vinte e sete milhões, trezentas e vinte e oito mil dobras).

As Despesas Financeiras destinadas à Amortização da Dívida Pública estimadas em Dbs. 161.602.000,00 (cento e sessenta e um milhões, seiscentas e duas mil dobras).

Principais constatações da 1.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Comissões Especializadas Permanentes.

A 1.<sup>a</sup> Comissão, analisados os documentos, constatou que:

a) As propostas de lei das GOP e do OGE são apresentadas pelo Governo à luz do artigo 24.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro – Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), alterada pela Lei n.º 12/2009, de 15 de Outubro – Alteração ao artigo 24.º da Lei n.º 3/2007 e do artigo 205.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN).

b) O disposto no artigo 24.º da Lei SAFE, bem como o previsto no n.º 2 do artigo 205.º do RAN, não foram respeitados pelo Governo.

c) Que a proposta de lei das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2020 está em articulação com o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2020.

A 3.ª Comissão constatou com muita satisfação a intenção do Governo em implementar o Programa de Acção Social Escolar, Projecto «Bolsa Escola» de apoio às famílias mais necessitadas, de modo a garantir a permanência das crianças nas escolas.

No que concerne ao programa de investimentos públicos, é dotada à Educação e Ensino Superior uma verba de 198.019.000,00, (cento e noventa e oito milhões e dezanove mil dobras), correspondente a 12,97% do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2020, registando uma diminuição em relação ao valor previsto no Orçamento de 2019, que é de 231.256.000,00 (duzentos e trinta e um milhões e duzentos e cinquenta e seis mil dobras), correspondente a 15,6% do OGE para 2019.

Saúde. O Governo considerou a Saúde como um dos sectores prioritários da acção governativa, pelo seu impacto direto na qualidade de vida dos sãotomenses, formação do capital humano e no desenvolvimento do País.

O acesso de toda a população a cuidados de saúde e de boa qualidade constitui o objectivo fundamental do Governo.

Tendo procedido à análise das propostas de lei das GOP e do OGE para 2020, no Sector da Saúde, chegou-se ainda às seguintes constatações:

O Sistema Nacional de Saúde (SNS) apresenta grandes constrangimentos, com limitações acentuadas de infra-estruturas, recursos humanos especializados em diversas áreas quase inexistentes (imagiologia, serviços de hemodiálise, neurocirurgia, manutenção de equipamentos, dermatologia, etc), fraca capacidade institucional e limitados recursos financeiros.

A 4.ª Comissão constatou que existe uma interligação entre o Programa do Governo, as GOP e o OGE.

No que respeita à proposta de lei sobre o OGE para 2020, verificou-se com satisfação que, no que toca ao Sector de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, está reflectida a previsão de recursos com vista à efectiva implementação das correspondentes medidas de políticas constantes nas GOP.

A 5.ª Comissão, na análise dos documentos, permitiu constatar:

Que existe discrepâncias entre os projectos inscritos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado.

É de extrema importância a implementação da Estratégia Nacional contra a Violência Baseada no Género.

Inexistência de Centros de Aconselhamento e atendimento para prevenção da violência ao nível dos distritos.

É de salutar a prática das mais distintas modalidades desportivas ao nível nacional, bem como acções necessárias ao seu desenvolvimento, tendo em conta a vocação do desporto para a promoção da coesão social e projecção da imagem do País.

O empreendedorismo tem como finalidade elevar o nível de vida dos jovens, face aos actuais níveis de desemprego que se registam no País, com particular repercussão sobre a juventude.

Não se verifica qualquer projecto para a formação e capacitação dos quadros da Comunicação Social.

O desenvolvimento das telecomunicações deve ser devidamente acompanhado da criação das condições requeridas. No entanto, a verba afecta à comunicação é insignificante, face às demandas actuais do sector.

Considerações finais.

Para além das constatações das distintas Comissões, a 2.ª Comissão considera que:

A proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2020 apresenta um tecto de receitas e despesas no montante superior ao do ano económico de 2019, o que corresponde a um crescimento de cerca de 8,04%.

Na execução do Orçamento de 2019, em termos de receitas totais arrecadadas até Setembro de 2019, totalizaram um montante de 1.597.546 milhares de dobras, correspondente 56% do programado. Entretanto, o Governo espera atingir um nível de execução de 94,4% até Dezembro de 2019.

Nas despesas totais, a execução ascendeu, até Setembro de 2019, a um montante de 1.548.400 milhares de dobras, o que corresponde a uma taxa de 49%, em relação ao programado.

Para uma maior arrecadação de receitas e disciplina fiscal em termos de despesas, as acções contidas no OGE 2020 constituem grandes desafios para o Governo, dado a persistência da ineficácia do Estado na gestão dos bens públicos.

Os objectivos fixados pelo FMI constituem bom passo para o saneamento financeiro por parte do Estado, porém, estes estão limitados às explicações muito teóricas, sem fundamentos práticos e quantitativos.

O total das receitas efectivas juntamente com os financiamentos para cobrir todas as necessidades do OGE de 2020, conforme os cálculos feitos na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE), 47% corresponde ao financiamento interno e 53% ao financiamento externo.

Que as propostas de OGE para 2020 não se fizeram acompanhar dos anexos previstos na alínea f) do n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 3/2007 (Lei SAFE), nomeadamente os orçamentos das empresas públicas e dos organismos autónomos.

#### Recomendação.

Considerando que as propostas de lei em apreço cumprem todos os requisitos legais necessários à sua tramitação, a Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparéncia e Administração Pública recomenda que sejam submetidas ao Plenário, nos termos dos artigos 209.º e 210.º do Regimento da Assembleia Nacional, para discussão e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente, em São Tomé, aos 2 de Dezembro de 2019.

O Presidente, Carlos Manuel Cassandra Correia.

O Relator, Arlindo Ramos. »

**O Sr. Presidente:** — Feita a apresentação do parecer, abrimos espaço para pedidos de esclarecimento.

Tem palavra o Sr. Deputado Ekneide Santos.

**O Sr. Ekneide dos Santos (ADI):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Tenho aqui um pedido de esclarecimento, relativamente a Lei n.º 3/2007, Lei de SAFE, no seu artigo 23.º n.º 3, que passo a ler: «Governo apresenta ainda à Assembleia Nacional...» ou seja, o artigo fala sobre a proposta do OGE, «O Governo apresenta ainda à Assembleia Nacional com a proposta do OGE todos os elementos necessários à justificação,...»

#### *Murmúrios do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Não é necessário irritar, já demos instruções para não se contar o tempo. Abrimos espaço para pedidos de esclarecimento, não se conta o tempo. O Regimento prevê apenas três minutos.

**O Sr. Ekneide Santos (ADI):** — ... «O Governo apresenta ainda à Assembleia Nacional, com a proposta do OGE, todos os elementos necessários à justificação da política orçamental, nomeadamente: ...», passo só a citar a alínea f) «A proposta do orçamento de todos os organismos com autonomia administrativa e financeira e das empresas do Estado».

Neste Orçamento, Sr. Presidente, não recebemos anexos como é habitual dos orçamentos das empresas autónomas do Estado, nomeadamente: ENASA, ENAPORT, EMAE, não constam neste Orçamento.

**O Sr. Presidente:** — É pedido de esclarecimento à Mesa ou ao Governo? Se for à Mesa, podemos esclarecer. Ouvi pedido de esclarecimento, mas não ouvi nenhuma indicação, por isso estou a perguntar.

**O Sr. Ekneide Santos (ADI):** — O nosso pedido de esclarecimento é para a Mesa, mas neste sentido cabe à Mesa da Assembleia remeter esses documentos aos grupos parlamentares. Não sei se foi feito, pelo menos não temos, cabe à Mesa explicar.

**O Sr. Presidente:** — Tem em partes razão. Naturalmente que as propostas de lei deram entrada na Mesa da Assembleia e foram admitidas faltando os anexos. Em contacto com o Governo, ficou prometido o envio dos anexos em tempo útil, ou seja, antes da discussão do OGE.

#### *Ruídos.*

Honestamente, não quero recorrer ao erro do passado para justificar o presente. Por isso, gostaria que não me interrompessem, que me deixassem esclarecer a questão, porque se formos recorrer ao passado, não me lembro, alguma vez, de o Orçamento dar entrada na Assembleia com todos os seus anexos.

#### *Murmúrios do ADI.*

Mas não é motivo para justificar o erro. Chamou-se atenção ao Governo e o Governo acabou de remeter os anexos, estão a ser distribuído e queremos aqui nos penitenciar, porque o próximo Orçamento, se não vier devidamente completo com os anexos, conforme a lei, não será admitido.

**Uma voz do ADI:** — Muito bem.

O Sr. **Presidente:** — Por isso, estão a ser distribuídos os anexos agora.

E há mais uma questão que se deve esclarecer. O anexo enviado pelo Governo tem a capa da AGER. No entanto, no seu interior, estão outras empresas, até separadas com clips. Na capa deveria vir orçamento das empresas públicas e instituições autónomas. Aproveitou-se a capa da AGER, mas no processo está AGER, ENASA, CORREIOS, ENAPORT, EMAE, INAC, Banco Central e Instituto de Segurança Social.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O meu pedido de esclarecimento, em partes, é para a Mesa e a outra parte também é para o Governo.

Tenho alguma dúvida em relação à proposta de lei do OGE remetida à Assembleia Nacional, isto porque não vejo na proposta de lei a assinatura de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, e a Lei nos orienta que o exercício da iniciativa cabe ao Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo. Artigo 142º alínea 2. Não havendo assinatura do Primeiro-Ministro, logo, este documento não foi aprovado, nem remetido pelo Primeiro-Ministro.

A Constituição também nos orienta, no artigo 112º, que o «Conselho de Ministros é constituído pelo Primeiro-Ministro e pelos Ministros». Se houve um Conselho de Ministros em que a proposta de lei foi aprovada e não foi assinada pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, fica aqui alguma dúvida. Quem está a remeter a proposta de lei à Assembleia Nacional? Quem tem a iniciativa? Se a lei orienta que é o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo que tem a iniciativa de assinar a proposta, enquanto Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, não estando o Chefe do Governo na reunião do Conselho de Ministros, não é Conselho de Ministros, é uma reunião de Ministros.

Gostaria de saber por que é que esta iniciativa não está assinada pelo Primeiro-Ministro, e também perceber por que é que a Assembleia admitiu a iniciativa sem a assinatura do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Vamos ouvir o último inscrito para pedido de esclarecimento.

**Vozes do ADI:** — Último?

O Sr. **Presidente:** — Último, sim, porque não tem qualquer resposta. Depois de uma proposta ser admitida e submetida às comissões competentes, foi lido aqui o parecer da Assembleia, vir perguntar coisas dessas não faz sentido. Quer passar um certificado de incompetência a todos os membros das comissões?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Ao senhor, para começar.

O Sr. **Presidente:** — A mim não! Leia o ofício que remeteu o documento à Assembleia Nacional. A única resposta é esta.

Está encerrado o período de pedido de esclarecimentos, vamos agora ao debate. Qualquer pedido pode ser feito de acordo com a inscrição e o tempo que está previsto. Está encerrado o período de pedido de esclarecimentos.

Tem palavra a Sra. Deputada Cristina Dias.

A Sra. **Cristina Dias** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Venho aqui em nome da Rede das Mulheres Parlamentares e gostaria de pedir solidariedade, 1 minuto pelo menos, ao Grupo Parlamentar do ADI, para a nossa intervenção. O MLSTP/PSD já deu.

«Excelências, não havendo ainda, regimentalmente, espaço para que a Rede das Mulheres Parlamentares (RMP) possa produzir pareceres relativos ao OGE e às GOP, nós da RMP, reunidas no dia 25 de Novembro, decidimos também analisar, na perspectiva de género, as propostas de lei das GOP e do OGE para o ano 2020 e produzir um parecer sobre os mesmos, sob forma de declaração.

As GOP procuram dar resposta a dois desafios maiores do País, identificados e reconhecidos no Programa do Governo, nomeadamente:

Um, criação das condições básicas para o relançamento do crescimento económico médio superior a 7% nos próximos 3 anos, gerador de postos de emprego directo e indireto, potenciado pelo investimento privado, pela melhoria da produção e transmissão da energia eléctrica, realização e recuperação de outras infra-estruturas capazes de produzir efeitos multiplicativos na economia.

Dois, reforço da coesão social, através da melhoria, da eficácia e operacionalidade da acção do Estado, no sentido de resgatar e devolver dignidade à condição humana dos são-tomenses, com relevância para mais equidade, mais justiça social e mais programa de emergência e de reinserção social.

Excelências, os orçamentos sensíveis ao género visam importantes objectivos, nomeadamente: aumentar a participação das mulheres na tomada de decisões económicas e no processo orçamental, promover uma mais alargada consulta pública e participação na preparação e acompanhamento da execução do orçamento e aumentar a responsabilidade dos governos pelos compromissos assumidos em relação à igualdade de género.

As despesas que promovem a igualdade de oportunidade e a coesão social são aquelas que visam a igualdade de género.

É necessário avançar com práticas que nos permitam passar da retórica à concretização de políticas públicas.

A execução do OGE na perspetiva do género.

Da análise feita, constatamos que não existem dados desagregados por sexo, o que nos dificultou fazer uma leitura mais abrangente.

Não constam na proposta do OGE informações sobre as despesas *pro-poor*, daí que se torna imprescindível que o Governo nos forneça os respectivos dados.

Faltam informações detalhadas sobre a execução dos projectos de investimentos inscritos no OGE; poucas informações sobre políticas destinadas à protecção de pessoas com deficiências; poucas informações sobre políticas direcionadas à protecção das mulheres e raparigas com doenças mentais e sobre políticas de combate ao tráfico de menores.

**Recomendação.**

Recomendamos que, no próximo OGE, estejam espelhadas informações desagregadas relacionadas com o género.

Que seja integrada a abordagem de género na Circular e nas directivas do Ministério das Finanças para a elaboração anual do OGE». A circular que o Ministério costuma distribuir nos meses de Julho e Agosto aos sectores.

«Que se dê uma atenção especial ao INPG e ao Centro de Aconselhamento de Violência Doméstica, alargando este último a outros distritos e à Região Autónoma do Príncipe.

Que se avalie o impacto das campanhas de sensibilização sobre a violência doméstica, violação de menores e gravidez precoce e que o Governo active mecanismos para a realização de estudos sociológicos, para identificar as verdadeiras causas desses problemas sociais.

Que se incluam assuntos que refletem as prioridades do género de forma mais clara, os objectivos, os projectos e programas.

Que na apresentação do OGE se agregue um relatório de todos os ministérios e sectores que visem acções, estratégias com foco no género.

Que se agregue o site do Governo com um *link* directo sobre o género, para que seja possível a qualquer pessoa ter acesso a todos os documentos oficiais do País em matéria do género».

**O Sr. Presidente:** — Tem palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Não sei se o Sr. Presidente está a conduzir os trabalhos, olhando para o mesmo Regimento que estou a olhar. Se for o mesmo, não vejo em que parte diz, se houver o Sr. Presidente, por favor, me corrija, que há limite para pedidos de esclarecimento.

Segunda questão, o Sr. Presidente fez questão de pedir os anexos, disse que juntou num mesmo processo todos os anexos disponíveis, talvez não ouvi muito bem, mas aqui não vimos o anexo do orçamento da Segurança Social. A Segurança Social, se estão a lembrar, não preciso dizer nada, mas neste ano que está a terminar nós todos acompanhamos o que aconteceu no Instituto de Segurança Social. Por isso, há necessidade de ter cá o orçamento daquele Instituto.

Também não temos cá o orçamento do Banco Central.

O Sr. Presidente disse que iria ajudar todos os anexos que não nos tinham sido entregues, mas pelos vistos faltam ainda alguns documentos. E, salvo erro, há orçamentos de instituições que nem sequer foram assumidos, não têm assinatura de todas as entidades que deveriam assinar o documento também.

Outro aspecto importante é que não sei exactamente o que se pretende com a discussão deste OGE, sendo que se trata de um documento extremamente importante para a vida da Nação, e o Sr. Presidente e o seu Governo apresentam-nos um documento, anexos, que temos que analisar e discutir agora. Não tivemos tempo material para analisar esses documentos, não sei se vamos poder continuar a analisar os documentos, sem termos tempo para isso.

Como costumo dizer, deixo à vossa consideração.

**O Sr. Presidente:** — Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sua excelência Sr. Primeiro-Ministro, restantes membros do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, coloquei a questão no período em que estava aberto o período de esclarecimento, pelo menos da parte da Mesa da Assembleia, já sei que não houve a vontade de responder, entretanto, aproveito a sua presença aqui para podermos perceber a razão de não ser da sua assinatura no Orçamento Geral de Estado.

Considero que o Orçamento Geral do Estado é um instrumento *sine qua non* para o Governo, para o País e o senhor, enquanto Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, deve engajar-se a 100% neste documento, porque ele é a previsão das despesas e das receitas que o País vai arrecadar e vai efetuar. Nós estamos a falar de recursos tirados dos bolsos dos são-tomenses, estamos a falar de um engajamento dos são-tomenses para a resolução dos problemas de São Tomé e Príncipe. Não percebo por que é que o Sr. Primeiro-Ministro não assina a iniciativa legislativa. Para mim, isso transmite alguma irresponsabilidade. Nós queremos resgatar valores que permitam que o País possa viver tranquilamente e cada um assumir as suas responsabilidades.

O senhor teve a oportunidade, na sua apresentação, de falar da ética e da moral, e é isto que queremos, porque temos uma sociedade um pouco perturbada, em que já perdemos alguns bons hábitos, que acho que, do ponto de vista social, devemos resgatar, para podermos continuar a desenvolver o nosso país, num clima de paz.

Enquanto político, acho que a boa governação, a transparência, a responsabilidade, o Governo, enquanto o órgão mais importante do Estado, deve passar essa imagem. E no dia 14, segundo a iniciativa, houve um Conselho de Ministros, no qual não sei se o senhor estava presente, entretanto, alguém assinou a iniciativa por si, mas não sei quem. Era bom explicar o porquê, qual foi a razão. Deve haver um motivo, e é normal, vamos perceber, mas é preciso que os são-tomenses entendam que o senhor não assinou a iniciativa legislativa do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o ano 2020. Onde é que o senhor estava? Estava no País? Estava fora do País? É essa explicação que queremos, num clima de paz e entendimento, porque o que os são-tomenses precisam é um clima de transparência, para poderem colaborar. Não havendo transparência, não haverá colaboração.

Nós do ADI, pelo menos durante o ano 2019, não fizemos oposição e estamos a deixar que o Governo encontre soluções para São Tomé e Príncipe. Mas se as coisas não estão bem e se há erro, temos que contribuir e dizer que, desta forma, está errado, temos que corrigir, e vamos fazer da forma mais correcta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu tenho aqui duas perguntas, mas antes gostaria de reclamar uma situação que coloquei no tempo do pedido de esclarecimento, e dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que acompanhámos, no ano transato, nas eleições, a guerra que o senhor fazia por causa da situação da democracia do País e aqui na plenária víamos os nossos colegas Deputados baterem tanto por causa do poder, que os deputados e cidadão têm de passar a boa mensagem. O que temos constatado é que os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, que é o maior partido do País, têm tido menos tempo nos aparelhos de comunicação social do Estado. Isto é ridículo, porque com esta atitude ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos a discutir as propostas do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, na generalidade.

Quanto à questão que está a colocar, o Grupo Parlamentar do ADI é soberano para solicitar um debate sobre a comunicação social. Não vale a pena misturarmos as coisas.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, mas eu gostaria só de chamar atenção. Antes de discutirmos o Orçamento Geral do Estado, é preciso ter a Lei do Direito de Oposição bem definida. Isto faz parte do direito da oposição, mas os senhores não querem discutir.

Eu só digo uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro, neste estado que a coisa vai, vai complicar e qualquer dia nós não estaremos a contribuir, de nenhuma forma, para que possamos dignificar a classe e a democracia do País. Poderá haver problemas muito gritantes por causa dessa atitude ao nível da comunicação social.

Passo imediatamente à minha pergunta.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, a minha primeira questão é: recebemos o orçamento com o devido respeito e, como não temos a maioria, só temos que aceitar. Estamos a discutir um orçamento e nem sabemos como vamos posicionar o nosso sentido de voto, porque o Orçamento não tem a assinatura do Chefe do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro. Mas a pergunta vai já: Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, qual é a taxa de câmbio deste Orçamento? A segunda questão é, qual é a taxa de câmbio que o Governo vai usar e que usou para fazer os cálculos de projeção? Srs. Deputados, estamos a discutir o Orçamento do ano 2020 e é preciso, porque há uma projeção, mas não vimos, em parte nenhuma deste Orçamento, o valor da taxa de câmbio que o Governo vai usar.

Nós ouvimos o Sr. Ministro das Finanças, numa declaração à comunicação social pública, dizendo que no País, pela primeira vez, o OGE foi financiado com 52.4% das receitas internas. A pergunta que fazemos é: de onde é que o Sr. Ministro das Finanças tirou este valor? De onde é que o Governo foi buscar este valor?

O Sr. **Presidente**: — Estão a insistir muito num assunto, mas eu não passei a palavra ao Primeiro-Ministro para responder, porque somos coniventes. Nós recebemos a proposta que está aqui, a Mesa baixou para as Comissões todas, a 2.ª Comissão produziu o parecer que foi lido aqui, parecer da Assembleia, e vem levantar a questão da assinatura aqui, neste momento? O Presidente da 2.ª Comissão é exactamente aquele que levanta a questão e que tem mais responsabilidade no parecer do Orçamento Geral do Estado. Não faz sentido nós levantarmos este véu, tentar descontrolar o nosso trabalho, por causa de uma situação que está ultrapassadíssima.

Portanto, eu não vou passar a palavra ao Sr. Primeiro Ministro para responder. Não!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de contrapropor-me e que o tempo não contasse.

É preciso reparar que o parecer não é vinculativo, mas a Lei do SAFE é uma exigência. E agora os pareceres podem ser feitos pelos Deputados. É só esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Nós não vamos entrar em discussão desta matéria, porque o parecer devia, pelo menos, recomendar isto. Se o parecer recomendasse, de certeza absoluta que não estaríamos aqui hoje. O parecer é válido e o relator disse aqui, e bem que é o parecer da Assembleia Nacional. Certo?

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Eu tenho seguido as questões colocadas pelos Deputados do ADI, mas aí surgiu uma dúvida. Onde da Lei do SAFE diz que o Primeiro-Ministro tem que assinar a proposta de Orçamento?

**Vozes do ADI:** — No Regimento, artigo 142.º.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Agora pergunto: os senhores não estavam aqui em 2014/15?

*Ruídos do ADI.*

As propostas não estavam lá? Essas propostas vieram sem assinatura do então primeiro-ministro. Eu estava cá. O nosso propósito não era bloquear a acção governativa. Vocês estão a bloquear, não querem o Orçamento. Se não querem Orçamento, saiam e a gente aprova. Temos a maioria.

Sr. Presidente, a minha recomendação é: segue com os trabalhos, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, antes de entrar na minha intervenção, gostaria de pedir desculpa ao Sr. Presidente, mas em relação a essa questão de admissão de documentos na Assembleia não é a responsabilidade das Comissões. Portanto, a responsabilidade da verificação dos procedimentos e dos detalhes que regem a admissão ou não dos documentos, das propostas, é da Mesa da Assembleia Nacional, não das Comissões. É só para lhe dizer isto.

Sr. Primeiro-Ministro, como o Deputado que me antecedeu fez referência, nós tivemos alguma dificuldade em poder realmente calcular o valor deste Orçamento para 2020. Por quê? Nos agregados macroeconómicos, um dos agregados é a taxa de câmbio. E nesta proposta de Orçamento do Governo não se propõe uma taxa de câmbio para 2020. Admira-me como é que o Governo diz que o Orçamento está avaliado em 159 milhões de dólares e a própria proposta não diz qual é a taxa de câmbio. É só ver na página 4 do Orçamento que, na proposta macroeconómica, não estão nem a taxa de câmbio 2019 nem a de 2020. É uma situação que acho normal levantarmos, porque há uma dificuldade. Tivemos dificuldade em ver essa questão.

Como disse no parecer, na página 6, que penso ser um engano, no terceiro parágrafo diz: «No que concerne às despesas de investimento, realça-se que esta rubrica ascendeu aos valores em dobra, sendo que 40% foram financiadas com recursos internos e 96% com recursos externos.» É bom que se faça a correcção.

Um documento tão importante como o OGE, não falo para o Governo, mas para a própria Mesa da Assembleia, o tempo para que os Deputados pudessem realmente proceder a uma análise mais coerente e terem consciência da responsabilidade que este documento possa ter para na sua aprovação, regimentalmente, teríamos que ter um tempo de 30 dias, para analisar todo o documento e aprovar, mas o Presidente da Assembleia, no uso da sua competência, decidiu encurtar esse prazo. Em

todo caso, foi um trabalho que fizemos a correr, mas temos algumas opiniões em relação àquilo que vimos na proposta.

Quando falo, falo o que está aqui escrito, não vou falar para além daquilo que está cá.

Quanto à pergunta que foi aqui formulada pelo meu colega Deputado Carlos Correia sobre a capacidade interna nossa de financiar este orçamento, o Ministro das Finanças disse numa das suas conferências de imprensa que, pela primeira vez, o País vai conseguir financiar o seu OGE em 52,4% com receitas internas. Por isso, gostaria que o Sr. Ministro das Finanças viesse cá nos explicar como é que isso será possível, tendo em conta que aqui neste Orçamento não vimos essa capacidade interna nossa de poder produzir esses 52,4%. Depois do esclarecimento, poderemos fazer mais perguntas.

O Sr. Presidente: — Mais inscrições. Estamos a acumular questões.

**Uma Voz do ADI:** — *Falou com o microfone desligado.*

O Sr. Presidente: — Não houve perguntas, só houve duas questões aqui para serem respondidas, destinadas ao Governo.

*Murmúrios do ADI.*

Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Gostaria de perguntar outra vez à Mesa, porque fui ali dar uma olhadela nos documentos e notei que estamos a discutir também o documento das GOP e, na minha intervenção, o Sr. Presidente havia-me cortado, porque estava a fugir àquilo que é a discussão do OGE. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se não estamos a discutir também as GOP. Digo isso porque o artigo 3.º das GOP fala de quatro pilares do Governo e um deles é sobre o aprofundamento do Estado de Direito Democrático, e o que estava a reclamar era precisamente que o Governo inscreveu, nas GOP, como um dos seus pilares, e estamos a ser lesados por causa deste pilar que o Governo fez bandeira da sua campanha, mas que não tem estado a cumprir. Este é o meu esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Temos que situar o debate. Todas as bancadas têm tempo para intervir e não podem refugiar-se em pedidos de esclarecimento para fazer debates.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — *Falou com microfone desligado.*

O Sr. Presidente: — Não vamos permitir, porque assim está a usurpar o tempo das outras bancadas.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Faz parte do Regimento. Então, temos que queimar o Regimento.

O Sr. Presidente: — Não vamos queimar o Regimento. Vá com calma, Sr. Deputado! Não é preciso irritar-se. Vamos conduzir o trabalho como deve ser.

Pedido de esclarecimento...

*Murmúrios do ADI.*

Não temos mais inscritos.

O Sr. Primeiro-Ministro quer responder já?

Tem palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro : — Srs. Deputados que levantaram questões, pelo facto de o documento não estar subscrito pelo Primeiro-Ministro, subscrevo na íntegra este OGE. O que aconteceu é que, com base no ditame do Regimento da Assembleia Nacional, que dita que no dia 15 teríamos que entregar os documentos, foi uma Sexta-feira, apesar de ter acompanhado todo o processo de elaboração do Orçamento, tive que sair, creio 2 dias antes. Por isso, pedi ao Sr. Ministro substituto para formalmente terminar a parte final, que tinha que ser aprovado em Conselho de Ministros e que foi remetido, na Sexta-feira. É só uma questão formal, mas depois de eu ter chegado, não levantaram a questão, porque teríamos sanado essa questão formal. Portanto, ninguém levantou essa questão por isso, enfim, estou a tomar conhecimento disto agora.

É para esclarecer, porque de facto não me interessa estarmos a atardar muito sobre essas questões. Gostaria de pedir ao Sr. Ministro do Plano e Finanças para esclarecer algumas dúvidas.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Ministro do Planeamento e Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Primeiro, gostaria de responder à questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Por acaso, no mapa do quadro n.º 4, ficou o espaço em aberto da taxa de câmbio que é de 21.6%, estamos a falar de dólar, que é estimativa também da taxa para o FMI.

Passo a responder à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Correia e reforçada também pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Na minha intervenção, quando entreguei o Orçamento, falei de 52.4% das nossas receitas internas sobre as efectivas. Fui claro e não disse que é a primeira vez. O jornalista me perguntou e disse que não poderia falar dos outros orçamentos, tive essa cautela, mas aponta, Sr. Deputado. Veja as receitas correntes, 1. 530. 267 mil milhões de dobras. Veja dentro dos donativos o Fundo HIPC, que é interno, 83. 255 milhões de dobras. No financiamento, veja a parte que tem a ver com o valor do petróleo e o valor de alienação de artigos, tudo o que tem a ver connosco, some isso e dívida pelas receitas efectivas e veja quanto é que vai dar, depois diga alguma coisa.

A minha intenção é que o valor que vou pedir emprestado, porque vou ter que pagar, não estou a vê-la como minha receita efectiva, estou a ver aquilo que recebo, utilizo e não pago nada. Foi mais ou menos isso que tentei explicar.

Depois de fazer as contas, diga-me como é, porque a matemática é muito simples.

#### *Murmúrios do ADI.*

Diria o seguinte: até Setembro de 2019, a nossa receita, se fizermos os cálculos, rondava... todo mundo tem TOFE, está ali, vejam quanto é que dava.

Em Setembro, as medidas que tínhamos tomado ainda não estavam em acção, só começaram a entrar em acção a partir de Outubro. Exemplo concreto é que as taxas subiram em meados de Setembro, principalmente dos combustíveis, as sobretaxas, tínhamos uma média de receita com a ENCO que rondava os 15 milhões, gosto de falar de biliões, que é a moeda antiga. Em Setembro, essa pequena parte do aumento das taxas foi a 22 milhões. Em Outubro, estava a quase 30 milhões, que é o mês em que as tarifas foram efectivamente aplicadas. Acredito que a média ronda os seus 28 milhões, receitas internas. Se forem ver o câmbio aplicado em Setembro, rondávamos uma receita acima dos 40 e tal milhões de dólares. Vejam o valor que está lá e façam o câmbio. Tenho agora até Outubro, já estamos em 50 e tal milhões de dólares. Quer dizer que, se o ritmo continuar até Dezembro, e aqui não estou a falar dos donativos, porque este ano até Setembro chegará 60 e tal milhões, por isso que projectamos cerca de 78 milhões de dólares para as receitas correntes, porque achamos que temos que ter um aumento.

Primeiro, é porque durante o ano 2010, todo os meses, as receitas serão maiores que 2019, porque de Janeiro a Agosto, os valores eram inferiores. Sabemos porquê. As medidas só entraram em funcionamento em final de Setembro. Os investimentos, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, os investimentos foram realizados a uma taxa baixa, porque até Setembro, e porque não tínhamos o acordo com FMI e a TOFE foi analisado até Setembro, nós funcionamos com recursos quase que internos. Excepto China e o remanescente do ano 2018 que não foi entregue pela União Europeia. Nós só assinamos o acordo em 2 de Outubro. O FMI já nos deu o seu montante, em 10 de Outubro. Não está reflectido nesta TOFE e tudo estamos a fazer com o Banco Mundial e o BAD, que nos prometeram também dar os seus valores em 2019. E é a primeira vez, em toda a história de São Tomé e Príncipe, que o BAD também se prontificou em dar um apoio directo ao Orçamento. É isto que eu disse, nós fizemos um cálculo sobre as receitas efectivas e eu, quando falei, estava a dizer a importância que as nossas receitas internas terão sobre as receitas efectivas. Não coloquei o financiamento externo nem coloquei os donativos. Nesse montante, as nossas receitas correntes terão um peso de 52.4% dessas receitas efectivas que eu considerei. Sem o financiamento externo. A minha leitura foi feita neste sentido.

**Uma voz:** — Qual é o câmbio?

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Eu já disse, não sei se já somaram isso? Já somaram?

#### *Murmúrios.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Carlos Correia.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — Sr. Ministro, em primeiro lugar, gostaria de dizer-lhe que as receitas petrolíferas não são receitas correntes, são financiamentos. O senhor associou também as receitas petrolíferas na sua conta, mas vamos às contas. Eu vou dizer-lhe qual é o porcentual que nós encontrámos no Orçamento. Se o senhor pegar nas receitas correntes, dividi-las pelas receitas totais, há-de lhe dar 44,5% e não 52,4%. O senhor está a incluir receitas petrolíferas nas receitas do Estado. Não pode!

Segundo ponto, ainda, Sr. Ministro, há um défice de quase 9 milhões de euros que eu não sei de onde é que o senhor vai buscar. Se quiser, podemos até lhe ajudar a fazer as contas

*Risos.*

Neste sentido, se o Sr. Ministro não souber, diga que nós vamos ajudá-lo a fazer as contas, porque o senhor não sabe o défice que ainda tem com essas contas que fez. É melhor revê-las, no sentido de que possam dar certo. Há outra questão, um erro que o Sr. Ministro cometeu aqui. O Sr. Ministro das Finanças não pode dizer isto.

**Uma voz:** — Oh!...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Por acaso o senhor esteve quase certo, na taxa de câmbio que o senhor disse aqui, mas não basta só dizer, a taxa de câmbio é um instrumento bastante importante, tem que estar escrito no OGE. Tem que estar devidamente escrito. Os nossos parceiros, o FMI, trabalham na base desses indicadores, desses temas. Não basta vir aqui só dizer que a taxa de câmbio é esta. É preciso que ela esteja escrita.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, não é ser repetitivo, mas só gostaria de dizer ao Sr. Ministro das Finanças que as receitas internas são as receitas fiscais e as não fiscais, que compõem as receitas correntes do Estado. Não sou matemático, não sou professor de matemática, mas na regra simples também de matemática, somando 2 mais 2, não dá o número que o senhor calculou. Portanto, na minha conta, os Dbs. 1 530 267 00 (mil milhões, quinhentos e trinta milhões, duzentos e sessenta e sete mil dobras) correspondem às receitas internas. E nós temos um Orçamento cujo teto é de Dbs. 3 401 865 000 00 (mil milhões, quatrocentos e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil dobras). Portanto, isto representa que a nossa capacidade de financiamento deste OGE é de 44.5% e não de 52.4%. Portanto, isto é a conta simples da regra simples de matemática: 1+2=3.

*Risos do ADI.*

Outra questão, eu aqui congratulo-me com o Sr. Ministro, quando diz que houve, em Outubro, um aumento de receitas. Com certeza, tinha que haver. Nós, no Estado da Nação, ouvimos e na aprovação também do Orçamento de 2019 ouvimos esse discurso de que o governo anterior aumentou as taxas sobre as bebidas alcoólicas e o Sr. Ministro, em Março de 2019, disse aqui no Parlamento que esse aumento não produziu o efeito desejável. Quer dizer, não permitiu ao Estado um aumento de arrecadação de receitas. Entretanto, em Outubro ou em Setembro, o senhor propôs, para além de aumentar essas taxas, duplicar essas taxas. Quer dizer, há que saiu de 10 para 30, há que saiu de seis para 18, para 20. Portanto, há muita taxa que foi alterada, e o imposto de consumo saiu de cinco para 15%.

*Risos do ADI.*

Portanto, é normal que haja esse aumento de receita, porque houve alteração de taxas.

Se formos ver a TOFE, o senhor propõe arrecadar, em 3 meses, o que em 9 meses o senhor arrecadou, 50.6%. O senhor propõe arrecadar, em 3 meses, quase a metade daquilo que se arrecadou 9 meses. São as contas feitas, tudo que está cá. Não estou a inventar nada!

Se o senhor for ver a estimativa de cumprimento daquilo que é o Orçamento de 2019, em três 3 meses, o senhor quer arrecadar aproximadamente 50%. Houve alteração de taxas, os impostos são superiores. Muito bem, as receitas terão que aumentar.

Outra questão que me preocupa também, vendo a TOFE, já que o senhor disse para nós prestarmos atenção à TOFE gostaria que me explicasse aquilo que vejo aqui, em relação ao IVA e às outras taxas. Portanto, o IVA, em princípio, entrará em vigor a partir de Março de 2020, mas se olharmos para o seu valor programado, que são 89.733 milhões de dobras, e as outras taxas, continua um número elevado de cobrança para o ano 2020. Por isso, eu gostaria que me esclarecesse. Com a entrada do IVA, o imposto sobre o consumo que está programado para 2020, 117 milhões, continua com o mesmo valor e o IVA com 89? Se o IVA, a partir de Março, vai anular algumas taxas, principalmente o imposto sobre o consumo, e o imposto sobre o consumo tem um nível de arrecadação de quase o dobro daquilo que é o IVA, eu gostaria que me esclarecesse todos esses números que estão aqui na TOFE.

Sr. Ministro, o nosso papel aqui, como Deputados da oposição, é pedir esclarecimento, para que possamos fazer aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse: uma oposição honesta, sincera e de contribuição. Não de arremessar, mas de poder contribuir também para que o País melhore, para que o Governo governe bem e governe para o povo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Ministro, só para poder citar, eu penso que o senhor nos mandou aqui fazer as contas e somar inclusive a verba da iniciativa HIPIC. Eu gostaria só de fazer-lhe lembrar que o HIPIC é um financiamento externo que decorre do pagamento de dívidas, não é receita corrente.

A conta Nacional do Petróleo que aparece aqui abaixo, o Sr. Ministro disse para somar. Se reparar, aparece até abaixo das receitas, porque a Conta Nacional do Petróleo não é uma receita, conforme o Sr. Ministro está a querer fazer. O senhor tem que corrigir, tem que nos dizer aqui, fazer as contas, nós vamos ajudá-lo a fazer as contas, Sr. Ministro. Se dividir 1 530 267 (mil quinhentos e trinta, duzentos e sessenta e sete), que são receitas correntes, receitas totais serão 3 431 565, o que dará 44,5 %, Sr. Ministro das Finanças. Então, o senhor quer dizer que todos os outros governos que nós já tivemos no nosso país também tiveram financiamento com receitas internas. Para todos os outros orçamentos também havia essa gincana que o Sr. Ministro fez aqui. O Sr. Ministro terá feito uma gincana para fazer passar ao público que, pela primeira vez, o País conseguiu financiar o OGE, com mais de 50% das receitas internas. Isto é uma pura mentira, Srs. Deputados! Isto é faltar com a verdade ao pessoal detentor de conhecimento científico. Isto não pode ser!

Há outra coisa que é preciso dizer. Sr. Ministro, petróleo é receita extraordinária e não conta para a conta de défice corrente. Um Ministro das Finanças devia saber disto.

**Uma voz:** — Oh!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O senhor faz os cálculos, mas está errado! Há-de rever os seus cálculos.

Por enquanto, fico por aqui. Tenho mais perguntas, mas vou deixar o Sr. Ministro responder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Eu gostaria de saber se a discussão na especialidade...

O Sr. **Aéron do Rosário** (MLSTP/PSD): — É pedido de esclarecimento? O tempo está a contar.

A Sra. **Beatriz Azevedo**: — É pedido de esclarecimento, sim.

**Uma voz:** — O seu tempo está a contar.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Artigo 102.<sup>º</sup>

Eu gostaria de saber se a discussão na especialidade vai ser feita na plenária ou nas Comissões Especializadas.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, o Regimento é muito claro. A discussão na especialidade deve ser feita preferencialmente na comissão encarregue sobre a matéria. No entanto, a plenária é soberana e pode avocar a si essa discussão.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Levanto esta preocupação, porque o MCI não tem um grupo parlamentar e não faz parte das comissões especializadas. Não fazendo parte, onde é que entraria, na discussão na especialidade, aquilo que é o nosso ponto de vista a nível do OGE e das GOP?

O Sr. **Presidente**: — Também neste aspecto o Regimento é claríssimo. Todos os Deputados podem participar na discussão na especialidade, em comissões. Só não tem direito a voto aquele que não é membro da comissão, mas pode participar, contribuir, opinar e fazer inclusive propostas. Não está vedada a possibilidade de participar na discussão em comissão.

Tem palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Antes de colocar a minha preocupação, gostaria de fazer um apelo, tanto aos membros do Governo como aos Deputados e mesmo a outras instituições.

Se estamos a pedir que haja coesão, unidade, que temos que ser a família são-tomense, não temos que estar sempre em indirectas, porque indirectas machucam. Apelamos à paz com vizinhos, mas estamos com músicas de *semplu*. Cada vez que temos a oportunidade de falar na comunicação social, atiramos indirectas. Vamos evitar indirectas, porque elas ferem a sensibilidade de cada um!

Eu não gostava quando saíam com indirectas há alguns anos, e hoje continuo a não gostar de indirectas, neste período em que estamos sempre a pedir que haja coesão, solidariedade... O que eu tenho sentido ao longo desses anos é que é da boca para fora. Não pode ser da boca para fora, porque somos são-tomenses e a maior parte da população são-tomense é cristã. Então, coloquemos a nossa mão na consciência e vamos ver aquilo que na realidade é o nosso comportamento perante o segundo mandamento da lei de Deus que diz: «amar o teu próximo como a ti mesmo». Jesus, quando veio ao mundo, resumiu os 10 mandamentos em dois. O primeiro é amar a Deus sobre todas as coisas, com

todo o teu coração, com toda a tua alma, com todo o teu ser, e a amar a teu próximo como a ti mesmo. Não é isso que tem estado a acontecer dentro desta Casa Parlamentar nem lá fora.

Em termos de chamada de atenção, é triste porque todos somos são-tomenses. Aqui não há são-tomense de primeira, de segunda, nem de terceira, todos somos são-tomenses, mesmo aqueles que estão lá nos *funca-funcas*, têm os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Sr. Primeiro-Ministro, falando agora sobre aquilo que me traz aqui para este púlpito, quero dizer-lhe que o povo de Caué pensava diferente em relação ao seu papel como Primeiro-Ministro. Ainda este ano esteve no Distrito de Caué, teve encontro com toda a força viva do Distrito e prometeu fazer a diferença. Olhando para este OGE, não é nada daquilo que nos prometeu. Na sua intervenção, repito, disse que iria ver para o Distrito de Caué e fazer uma distribuição pela positiva. Será que essa é a distribuição pela positiva, o que está plasmado no OGE e nas GOP, para o Distrito de Caué, Sr. Primeiro-Ministro?

Como o MCI não tem muito tempo, o povo de Caué quer que o senhor faça o mesmo que fez aquando do balanço, no dia 3, para o Distrito de Água Grande, que faça também para o Distrito de Caué, de forma que nós lá tenhamos tempo suficiente para apresentar as nossas preocupações, porque, mais uma vez, Caué está sendo adiado, como há 44 anos.

Deixo essa preocupação e apelo a todos os Deputados que fazem parte do Distrito de Caué para que estejamos unidos...

#### *Murmúrios do ADI.*

... na defesa daquele povo que, ao longo dos 44 anos, vem sofrendo em todos os sentidos.

Nós, os cidadãos de Caué, também temos os nossos direitos e nossos deveres, Sr. Primeiro-Ministro, mas não estão a ser cumpridos.

Por isso, apelo aos Deputados do poder que façam uma advocacia para aquele povo, que vos escolheu também.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Sr. Presidente, acho que o exercício está muito bom.

Até hoje a única taxa de consumo que aumentamos, de acordo com as negociações com o FMI foi das telecomunicações, em termos de imposto de consumo. Por isso, não houve mais imposto de consumo que alterou.

Na página 31 do Orçamento fala sobre o IVA. Para além da estimativa que o próprio FMI e a Direcção dos Impostos trabalharam, que no primeiro ano teríamos uma receita proveniente do IVA de 2.1% do PIB, como o IVA é um processo novo, vai levar algum tempo para a sua implementação, nas nossas estimativas fomos prudentes de que é bem provável que *démarches* possam acontecer, tendo em conta um conjunto de situações, que é preciso explicação. Estamos a prever que efectivamente isso possa não entrar em funcionamento a 1 de Março, pode acontecer qualquer inconveniente, e mais, o IVA não vai abranger todas as empresas ao mesmo tempo. Vamos começar pelas grandes e depois vai-se alargando. É certo que a estimativa que fizemos da aplicação do IVA naquela altura dê este montante. Pensamos que é um processo que merece muita cautela e que haja a envolvência de todos mesmo na explicação.

Também queria que vissem a página 2 da TOFE. Vou falar de uma situação que sempre aconteceu cá com os sucessivos governos. O Fundo HIPC, vejam na página 2, «despesa de investimento», financiado com recursos interno, o Fundo HIPC está lá, mas isso sempre foi assim. A minha interpretação: houve perdão de dívidas, os nossos credores disseram: «em vez de nos pagar», para eu pagar tenho que ter recurso interno», usem esse dinheiro para outra coisa, principalmente para assuntos sociais». É um recurso que tenho que arranjar para, ao invés de pagar, usar internamente.

Relativamente ao Fundo do Petróleo, não estava a falar do valor que irei receber das empresas. Temos uma conta do petróleo, o dinheiro já é nosso. Anualmente, há uma percentagem que tiramos dos 20%, para utilizarmos. Esse meu dinheiro que está na conta é recurso do outro? Se é recurso do outro, ele pode levar o meu dinheiro todo, mas esse montante que está lá, que este ano tirei, e não é algo com que faço conta, fiz uma interpretação daquilo que temos. HIPC é um compromisso e todos os investimentos consideram que esse recurso é interno, para financiar despesas. Claro, o que os nossos parceiros disseram é que esse recurso é para despesas sociais. Ao invés de pegar nesse dinheiro e pagar a terceiros, já está perdoada a dívida, usamos para esse fundo.

Interpretações, que se faz na Economia, por isso é que a Economia tem escolas, várias escolas...

#### *Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

...há os neoclássicos, neokeynesianos, cada um defende a sua teoria. E não é dizer que este está certo e este está errado. É interpretação. Os neoclássicos e neokeynesianos todos querem crescimento económico.

Foi mais ou menos isso que eu tentei falar, mas eu acho que eu tenho a minha opinião, os outros têm a sua opinião. Vejam que o mais importante é termos esse dinheiro.

Era mais ou menos essa questão que foi colocada, porque até agora o que estão a falar é aquilo de 49, 44, 52, por aí fora. Eu não sei se têm mais outra questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, face àquilo que o Sr. Ministro das Finanças disse a pouco, eu tenho este documento na mão, o Decreto que o Sr. Ministro fez e o Governo publicou, e aqui não me diz que só é o imposto sobre as telecomunicações. Não é só isso. Há o imposto sobre o consumo de restauração, de hotelaria que foram aumentados. Taxas de bebidas alcoólicas e espirituosas foram aumentadas e, acima de tudo, uma das questões que eu, quando fui auscultado, na qualidade de representante do ADI, pelo Primeiro-Ministro, levantei essa preocupação, a falta de esclarecimento sobre a anulação do artigo 74º do imposto sobre pessoas singulares. Falta de esclarecimento, porque o que os senhores fizeram foi anular as deduções deste imposto aos que, pode-se dizer, dependem de salários, mas não tiveram em conta também, no mínimo, os escalões desses salários. Podia-se eliminar as deduções, mas não a toda gente. Por isso, houve essa contestação e há até hoje.

Sr. Ministro, eu estou cá na qualidade de Deputado, não importa aquilo que eu sou, aquilo que eu estudei, aquilo que eu fiz, mas importa aquilo que está escrito, aquilo que o Governo propõe à Assembleia. Eu, na qualidade de Deputado, tenho a missão de analisar e dar a minha opinião, simplesmente. Só isto e mais nada!

Por isso, eu gostaria, mais uma vez, inserido naquilo que é a Tabela de Operações Financeiras do Estado, TOFE, falar de uma estimativa de cumprimento do anterior Orçamento, de um ítem concreto, isso já é outra questão, porque eu não estou a falar mais dos 52,4% do Orçamento, o senhor já disse que nós estamos a falar só disso. Eu vou falar do imposto sobre o salário. A estimativa de arrecadação do imposto sobre o salário para até Dezembro de 2019 estabelece um aumento considerável de cerca de 43%. Eu gostaria que o senhor me explicasse: não vai haver aumento de salário, de acordo com a Lei do Orçamento, não vai haver promoções e muitas coisas ligadas ao pessoal da Administração Pública, mas o senhor prevê uma arrecadação do imposto sobre o salário de quase 50% daquilo que já arrecadou! Eu gostaria de saber onde é que o senhor vai buscar o imposto sobre o salário. Se vai demitir mais pessoas, se vai pagar o décimo terceiro e o décimo quarto, para poder retirar o imposto sobre o salário. Quer dizer, eu gostaria que me explicasse como é que vai arrecada o imposto sobre o salário.

Obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Vamos acumular cinco intervenções, com perguntas concretas, já temos uma. Vamos aguardar a inscrição de mais 4 Deputados, para o Governo proceder à resposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD): — Não vou fazer nenhuma pergunta ao Governo, mas ajudar o meu colega, o Deputado Arlindo, com a colocação que fez, relativamente ao imposto sobre o salário.

Primeiro, se viu o Orçamento, o Governo prevê investimentos, lançar obras de reparação da marginal e outras obras mais. Significa que se vai recrutar pessoais e, por sua vez, haverá um aumento claro de tributação do imposto sobre o rendimento.

Eu penso que, olhando bem para o Orçamento, encontrará resposta para a sua pergunta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, eu peço desculpa.

Sr. Deputado Aérton, caro amigo, não sei se vão criar novas empresas, porque as empresas que vão trabalhar nesses projectos já têm trabalhadores que já são cotados sobre o salário.

O Sr. Presidente: — Não há mais inscritos, só há uma questão colocada ao Governo. Vamos aguardar que haja mais.

**Uma voz:** — O MLSTP/PSD não fala?

*Murmúrios gerais.*

O Sr. Presidente: — Não há inscritos, aguardamos. Quando forem 13 horas, suspenderemos.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Sr. Presidente, na rubrica IRS, em 2018, a estimativa para Dezembro de 2018 era de 247 310. A estimativa que temos para 2019 é de 269 295. Em Setembro de 2018, o IRS a receita de IRS, de facto, foi de 184 105. Setembro de 2019, a receita de facto foi 200 530. Bom, em 2019, estamos a projectar 269, totalmente diferente da projecção,

em termos comparativos, de 2018. Aliás, há duas questões: estou a falar que ainda falta Outubro, Novembro e Dezembro. Nós temos o que já foi autorizado pelo FMI, os médicos e enfermeiros, que desde Março, Abril não receberam, vão ter que receber. Estou a falar de, também autorizado pelo FMI, um conjunto de professores novos que entraram, porque sabem que a partir de Setembro entram os professores e é neste período que se tem que pagar. E temos que descontar o imposto sobre o salário e é bem provável que ainda possa ultrapassar isso.

**Uma voz :** — Ai é?

São 69 000. E vejam só: a projecção foi feita neste sentido. Por isso, era para sair de 200 para 269, com tudo isso que nós dissemos. Vejam: era 184, hoje são 200, as realizações de 2018, 2019. Eu acho que não é por aí. O IRS de 2018, em Setembro, era 184. O IRS de 2019, em Setembro, são 200. Estou a falar da realização. E nós temos projectado 269, para Dezembro. Acho que é uma questão simples. É a projecção feita. Vamos esperar para ver.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Ministro, pelo esclarecimento.

Não temos mais inscritos, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

**O Sr. Arlindo Ramos (ADI):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, meu grande amigo, essa confrontação é normal em democracia. Como sabem, discordar também faz parte do nosso trabalho.

Até Setembro de 2019, o senhor executou o valor de duzentos e qualquer coisa, como está cá... E a minha preocupação, quando eu levanto o problema, é a estimativa de cumprimento. Portanto, nós já estamos em Dezembro e o senhor propõe ir buscar mais sessenta e nove e qualquer coisa. Espero que o consiga ir buscar! O meu problema não é como vai buscar esses impostos e onde. Essa foi a minha questão.

Sras. e Srs. Deputados, nós fazemos as perguntas de acordo com aquilo que está nos documentos. E, muitas vezes, somos mal interpretados por determinadas questões que fazemos ao Governo, mas é o nosso papel, e podia ser melhor. No governo anterior, de que eu fiz parte, uma das questões muito criticadas era a não entrega dos relatórios de execução dos orçamentos. Fomos sempre criticados por não cumprimento desse procedimento legal. Entretanto, para 2019, só recebemos o relatório de execução trimestral, no dia em que se entregou as propostas do Orçamento e das GOP. Logicamente, não tivemos tempo suficiente para analisar as execuções todas. E nós temos que estar a interpretar aquilo que está cá, mas de uma forma não tão coerente como pretendíamos, por causa também do não cumprimento, da parte do Governo, da entrega dos relatórios de execução trimestral. Portanto, este Governo também tem que reconhecer que não cumpriu com os deveres que tem para com a Assembleia Nacional. Por isso, Sr. Ministro das Finanças, eu poderia entrar em detalhes de algumas execuções, mas não o vou fazer. Só gostaria de dizer-lhe que espero que a execução orçamental até Dezembro atinja os objectivos propostos, para o bem da Nação, para o bem do povo e para o bem de nós todos.

Aconselho também que preste muita atenção aos sinais de inquietação das pessoas, por causa do aumento das taxas. Preste muita atenção a esta questão.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — Rapidamente, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de informar-lhe que a corrente eléctrica na Região Autónoma do Príncipe já se foi.

*Risos do ADI.*

Foi aqui prometido que expedientes estavam a ser dados, para que este desiderato fosse cumprido. Então, não estão a receber ordens do Ministro. Sr. Ministro, por favor, volte a ligar, para que todo País possa sentir....

Sra. Deputada Beatriz, confirme se Caué está a ouvir este debate. Confirme, por favor, Sra. Deputada.

Sr. Ministro das Finanças, o que disse aqui não nos convenceu, pelo menos a mim. O Sr. Ministro falou de iniciativa HIPIC. Sr. Ministro, isto chama-se refinanciamento, porque a utilização deste recurso HIPIC pressupõe um pagamento. Isto, Sr. Ministro, não se ensina na escola, nem nas universidades de Economia. Aprende-se no dia-a-dia. Sabe o que é que isto requer, Sr. Ministro? Experiência na função, na Administração Pública. Só isto! Este expediente, esta gincana só se aprende com a experiência, com o calo da Administração Pública, e o Sr. Ministro demonstrou aqui que possui zero a nível de experiência de Administração Pública. Verdade seja dita, Srs. Deputados. Temos que ser claros. O Sr. Ministro está igual a mim....

*Risos gerais.*

...que nunca trabalhei na Função Pública, mas entendo perfeitamente esses expedientes, porque também me formei na área, mas o Sr. Ministro não fez o trabalho de casa.

Sr. Ministro, pelas nossas contas, vão faltar-lhe 9 milhões de euros. Até ao final do ano o senhor precisa encontrar 9 milhões de euros, porque essas receitas nem sequer são suficientes para cobrir as despesas de funcionamento. Por isso, Sr. Ministro das Finanças, já tem o seu primeiro TPC, ir buscar os 9 milhões de euros.

**Uma voz do MLSTP/PSD:** — Tem que ir buscar os 30 milhões.

Sr. Ministro das Finanças, ainda em relação a outro assunto, o senhor teria dito algures, e disse muito bem, que o XVI Governo tinha só promessas, que o único financiamento que tinha garantido era do BEI, do BAD, do Banco Mundial, da China Popular, etc., etc.

Agora, eu gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro onde é que está o engajamento que o seu Governo conseguiu. Todos estes foram mobilizados por PT, o Governo do ADI. Todos os engajamentos: a China Popular, o BEI, o BAD o Banco Mundial foram todos mobilizados pelo XVI Governo, de Patrice Trovoada.

*Aplausos do ADI.*

Nós queremos saber quais são os seus engajamentos.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos dar uma voltinha às GOP, o documento está ali, tudo igual ao do ano passado. As GOP de 2020 estão idênticas às de 2019. E eu pergunto ao Sr. Ministro das Finanças, por que será? Será a incapacidade de fazer uma coisa com mais inovação? Será incompetência? Porque dá trabalho! Não é só dizer «vou fazer», dá trabalho.

Sr. Primeiro-Ministro, nós até entendíamos que o senhor tivesse, em 2019, se engajado nos projectos de Patrice Trovoada. Agora, Sr. Primeiro-Ministro, trazer as mesmas obras, os mesmos engajamentos para o ano 2020, isso é um absurdo.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

**O Sr. Alexandre Guadalupe (ADI):** — Ouvi atentamente o Sr. Ministro das Finanças, aquando da sua intervenção, e teria dito que a implementação do IVA requeria bastante tutela. Suscita-me agora o seguinte: nós reconhecemos que o IVA há-de trazer custos enormes para a população que, por si, já vem convivendo com imensas dificuldades. Por que razão o Governo, antes ainda de submeter o IVA à aprovação da Assembleia Nacional, não fez o devido esclarecimento e auscultação aos parceiros sociais? É uma pergunta que acho importante o Sr. Ministro das Finanças esclarecer-nos, porque, espera-se, de facto, que as pessoas possam vir a conviver com uma situação extremamente difícil a partir do ano 2020.

Relativamente à questão também das receitas internas, se estivermos a falar da Conta Nacional do Petróleo, que diz considerar receitas internas, se fossemos eventualmente considerá-las receitas internas, então realmente não estaria abaixo da linha, tanto é que conta como o cálculo do défice primário.

Portanto, o Sr. Ministro que venha esclarecer-nos um pouco mais, porque estou confuso relativamente a esta explicação que deu.

*Murmúrios.*

Não, eu estou a dizer que nós falámos aqui da Conta Nacional de Petróleo e considerou isto como uma receita interna. Se a considerássemos uma receita interna, não estaria abaixo da linha. Portanto, não é no nosso entender uma receita interna.

Se ainda fossemos falar do HIPIC, que é outro que consideramos receitas internas, recuando para outros orçamentos de outros governos, podíamos dizer que é a primeira vez que conseguimos situar isto acima dos 50% de receitas internas.

Eu fico por aqui, mas hei de voltar.

**O Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado Alexandre.

Eu queria lembrar que estamos no debate, na generalidade, não num debate de perguntas e respostas. Estamos a prestar, até certo ponto, um mau serviço à Nação. Não se está a falar da visão orçamental, não se está a falar da visão das Opções do Plano, o seu enquadramento, a sua ligação, a coordenação. Estamos a prestar um mau serviço à Nação, transformando o debate numa sessão de perguntas e respostas ao Governo. Não tem qualquer enquadramento nesta sessão.

Estamos no debate na generalidade, a visão estratégica do Orçamento do Governo face ao Orçamento e às GOP, o seu alinhamento. Estão a colocar questões pontuais de perguntas e respostas,

como se estivéssemos na especialidade. Portanto, assim é um bocado difícil coordenarmos o trabalho. Muito difícil! Eu tenho estado a facilitar, mas assim não pode continuar. Vai ser difícil.

*Murmúrios gerais.*

Não havendo mais pedidos esclarecimento, faltam 7 minutos para as 13, o Governo se quiser poderá responder, ou então deixar para o segundo período.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agradeço os Srs. Deputados pelas preocupações aqui levantadas, vamos continuar a responder, para esclarecer. Só que eu gostaria de chamar atenção para o seguinte: o Governo trouxe o Orçamento Geral do Estado, porque é sua prerrogativa, é sua competência, mas está aqui a representar parte do Estado sãotomense.

Normalmente, tanto os governos como os homens passam, mas o Estado sãotomense fica. Portanto, por isso mesmo, é que eu não quero entrar muito nessas questões de mobilização, porque de facto há a continuidade de Estado.

**Uma voz do ADI:** — Só agora

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu posso dar exemplo do XV Governo, que na altura mobilizou, através do crédito com Angola, cerca de 40 milhões, só utilizou 18, e o governo seguinte, ou o XVI, utilizou os 22 milhões. Portanto, é continuidade de Estado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Estamos a falar de continuidade de Estado. É por isso que eu não quero entrar nisto. Portanto, este governo, em função do tempo que tinha, mobilizou aquilo que foi possível. Por exemplo, temos os fundos que foram mobilizados do Japão. O Sr. Ministro da Agricultura falou dos barcos sime-industriais e dos motores fora de bordo. Esses valores estão na nossa conta e os expedientes estão a ser feitos. Portanto, para não falar de outros fundos. Eu não gostaria de expor aqui muitos parceiros, sobretudo a China. Prefiro não entrar em muitos detalhes.

Aproveito também para responder e talvez aceitar o repto da Deputada Beatriz, que estarei disponível para me deslocar a Caué e fazer o mesmo exercício de governação aberta, com todas as forças vivas, todos os actores de Caué, mas relativamente a Caué, temos a perspectiva de construção de um liceu aí.

*Aplausos*

Ao nível do desporto, também vamos investir, portanto, no pole desportivo e outros.

Relativamente às vias de acesso, naturalmente que depois da EMOLVE a estrada está bastante degradada, vamos fazer recurso a outros parceiros também, é o caso do Fundo Rodoviário que vamos mobilizar, estamos em conversações muito avançadas já com o Grupo Pestana, que já prometeu cerca de 300 000 dólares, para investir num dos troços da estrada.

Temos também para Caué o projecto ao nível da comunicação social, a passagem do analógico para digital, são investimentos que vamos ter que fazer ao nível nacional e, também é válido, são desses investimentos que temos que fazer ao nível nacional, o projecto COMPRAN. Portanto, o Ministro da Agricultura tem insistido bastante sobre isso, são 25 milhões de euros, creio...

**Uma voz:** — Dólares!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...dólares, e é um projeto totalmente montado por este Governo, se é que assim precisam de coisas muito específicas.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, o Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — É apenas para fazer uma proposta neste final do debate desta manhã.

Estamos obrigados por um constrangimento regimental, porque o debate deste Orçamento, na generalidade, deve ter um tempo mínimo de 2 dias. Ora, nós chegamos ao fim dos trabalhos desta manhã e constatamos que não há mais inscritos...

*Murmúrios do ADI.*

...o que o nosso Grupo Parlamentar gostaria de sugerir, e porque o orçamento requer 2 dias, no mínimo, era que voltássemos cá amanhã para prosseguir os debates.

*Murmúrios.*

É apenas uma proposta.  
Obrigado, Sr. Presidente

O Sr. **Presidente**: — É uma proposta, Srs. Deputados, a Mesa retém a mesma, mas ela só é válida se não houver realmente mais inscritos. A proposta será válida, se não houver mais inscritos. Não havendo mais inscritos, teremos que suspender.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Nós vamos almoçar, eu gostaria de inscrever-me para o segundo tempo. Lembrem que o Sr. Primeiro-Ministro já havia dito que o jogo tem dois tempos...

**Uma voz**: — Sim.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ... não se esqueçam disso, vamos lá!

*Murmúrios.*

O Sr. **Presidente**: — Normalmente retoma-se a sessão, quando há inscritos. Não havendo inscritos, não se retoma.

*Murmúrios.*

Tenho informações dos serviços de que o almoço ainda não está disponível, então, vamos continuar por mais 30 minutos. Há dois inscritos, então vamos ouvir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, parece-me que estamos com pressa de aprovar o Orçamento, mas não há problema, a maioria manda. Se é para aprovar assim como está, vamos aprovar.

A minha segunda parte da intervenção, porque já fiz a primeira, já esgotei aquilo que tinha que dizer na primeira parte, tenho a segunda e depois terei a terceira, independentemente daquilo que a Mesa pretender que se faça. Se a Mesa quiser também suspender, pode suspender. Está ao seu critério.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, já que nós não tivemos essa honra de receber nesta Casa Parlamentar a lista que foi enviada ao Ministério Público sobre as dívidas ocultas, na qualidade de Deputado, gostaria de ter essa lista, para realmente analisar essas dívidas que se diz ocultas.

Nós são-tomenses gostamos muito de seguir a moda, sem uma base que possa levar a compreender realmente o que são essas dívidas ocultas. Eu pensava que a relação dessas dívidas pudesse ser enviada ao Parlamento, para analisarmos dívida por dívida, aquelas que são ocultas e aquelas que não foram ocultadas.

A minha outra questão vem em relação ao Fundo do Kuwait, um dos fundos também muito propalados, que felizmente ainda continua na proposta do Orçamento para 2020. Eu gostaria que o Sr. Ministro nos pudesse esclarecer se esse fundo está ou não disponível e, se está disponível, quais foram os passos que se deu para desbloqueá-lo?

Por outro lado, o Sr. Presidente falou que nós estamos a discutir o Orçamento naquilo que são perguntas e respostas. Sr. Presidente, eu gostaria de contrariá-lo. Quer dizer, nós estamos a pedir esclarecimentos sobre os números, e quando se fala de números também se está a falar de políticas, porque as políticas se reflectem através dos números, as estratégias refletem-se através dos números. Portanto, com o esclarecimento dos números, podemos dizer, está bem, há uma estratégia, esse Orçamento visa atingir tal desiderato, portanto, há várias questões que nós podíamos analisar, em termos daquilo que é a interpretação que o Sr. Presidente faz sobre as discussões que estão em causa.

Por outro lado, eu gostaria de dizer que, se fosse ter em conta os objectivos a atingir e a estratégia do próprio Orçamento, aquilo que o Orçamento é, na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, na apresentação da proposta, não foi uma apresentação do Orçamento. Foi um discurso político sobre o Orçamento. Aí, muito bem, o Primeiro-Ministro, na apresentação da sua proposta do Orçamento, deveria dar-nos os fins que pretende atingir com este Orçamento, qual é a estratégia para atingir esses fins, e daí a discussão seria à volta da estratégia. E é normal que nós fizéssemos esse trabalho. Não tendo sido feito, optamos também por aquilo que está na proposta do Orçamento, pedindo esclarecimento sobre as dúvidas que nós temos. E eu acho normal também esse procedimento. Não é uma questão de nós estarmos a resumir a discussão da proposta orçamental em perguntas e respostas. Também estamos a fazê-lo no intuito de esclarecer e tentar descobrir qual é a estratégia do Governo em relação ao Orçamento.

Outra questão, eu gostaria de pedir, mais uma vez, que Sr. Ministro das Finanças entenda que a nossa intervenção, particularmente aquilo que eu falo em nome do meu Grupo Parlamentar e de mim mesmo, não estou a fazê-lo com o intuito de denigrir ou de poder deitar a baixo aquilo que é a pretensão

do Governo. Não é isso. A minha participação e a minha contribuição visam melhorar as propostas, na base de um esclarecimento coerente e honesto por parte do Governo.

Por isso, eu gostaria, mais uma vez, de pedir que nos envie essa relação das dívidas ocultas, para nós analisarmos e também termos a noção realmente de que essas dívidas foram ocultadas e por quê que foram ocultadas.

Somos um grupo parlamentar que foi do governo e pretendemos conhecer, realmente há alguns deputados que não têm conhecimento dessas dívidas, para nós podermos abrir uma discussão sobre ela, de forma a sermos melhor esclarecidos sobre essas dívidas ocultas.

Obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem palavra o Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, o Sr. Deputado Danilson Cotú.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, por ser a primeira vez que faço uso da palavra, gostaria de aproveitar o ensejo para saudar a todas e todos, saudar em especial o Governo.

Sr. Presidente, estou aqui meio perdido, mas temos que encontrar uma forma para dar o passo.

Primeira coisa, sobre as tais dívidas *balunguadas*, ou escondidas, ou camufladas, creio que não é o palco ideal para nós falarmos disso agora. Para mim, da minha análise, com perdão da falta de modéstia, não há um palco na discussão do Orçamento Geral do Estado, para se levantar essa questão agora. A não ser que se encontre uma forma de relacionar esse elemento com os aspectos constantes neste documento. Não sendo isso, há outros caminhos que o Grupo Parlamentar do ADI pode utilizar, conhecem-no através do Regimento, para encontrar resposta a esses aspectos. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que a Mesa tivesse em conta isso, que questões que não estão direcionadas ou ligadas com o OGE, por favor, que deixem de lado.

Outro aspecto importante, na verdade é o que me fez vir aqui, é que o Governo apresentou este documento, Grandes Opções de Plano. Se nós analisarmos as Grandes Opções do Plano, estão presentes as políticas que o Governo pretende implementar. E é na base dessas políticas que pretende implementar que o Governo elaborou um Orçamento, para responder a isto. Então, eu não entendo, quando vem para aqui o Deputado dizer que o Sr. Primeiro-Ministro, na sua apresentação, não explicou, não mostrou. Pelo amor de Deus, é só ler o documento!

**Uma voz do ADI:** — Oh!

**O Sr. Danilson Cotú (Coligação PCD/MDFM-UDD):** — Esta é a minha participação, por enquanto. Muito obrigado.

*Aplausos do PCD/MDFM-UDD e do MLSTP/PSD*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

**A Sra. Alda Ramos (ADI):** — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, boa tarde.

Eu peço a palavra para obter um esclarecimento do Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, com relação ao Fundo do Kuwait, tendo em conta que esse fundo trouxe histórias, mágoas e reservas. Portanto, nós gostaríamos de obter informações, porque nós sabemos como é que o nosso estado de saúde e o nosso Hospital Central se encontram. Portanto, é um engajamento feito pelo XVI Governo e que, durante 2019, o XVII Governo não fez nenhuma diligência para aproveitar ou ir à busca deste fundo, para dar respostas às situações alarmantes que nós temos no País. Nós sabemos também, temos informações, que o Sr. Ministro das Finanças teve encontro com o representante do Fundo do Kuwait, portanto, teve informações com relação a este fundo. No entanto, os Srs. Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças têm que nos esclarecer. Portanto, soube de antemão em que situação estava o fundo. É necessário que nos esclareça, tendo em conta a situação que nós vivemos no País. É preciso dizer alguma coisa com relação a este fundo.

Portanto, houve mágoas, reservas e situações lamentáveis. Se o fundo existe ou se não existe, o que é que o representante do Fundo Kuwait lhe informou, quando tiveram encontro em América?

Outra questão está relacionada com viagens. Sr. Primeiro-Ministro, reclamou-se tanto de viagens...

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Há quem chegou agora de viagem...

**A Sra. Alda Ramos (ADI):** — ...do Primeiro-Ministro cessante, que viajava muito, muito, muito, porque estava sempre a viajar, foi uma confusão tremenda na legislatura passada. Vendo aqui o mapa da Tabela de Operações Financeira do Estado, o Sr. Primeiro-Ministro prometeu baixar, baixar, baixar, mas aqui não nos diz nada de baixar com relação a viagens, está aqui escrito. Portanto, página 4, 1 a 2 da TOFE temos aqui encargos de viagens: em 2018, temos 9.440, temos aí uma estimativa de 10.618.

Se formos ver 2019, estimativa de Dezembro, temos 11.058. Portanto, eu gostaria de saber do Sr. Primeiro-Ministro, se conseguiram reduzir viagens.

Houve muitas reclamações, muita guerra, houve quem trouxesse documentos, para exibir números de viagem.

Portanto, aqui eu acho que não cumpriram com a vossa palavra.

Precisamos deste esclarecimento, é a nossa contribuição.

Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** — Não temos mais inscritos...

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Muito obrigado, Sr. Presidente. É para dizer que relativamente às GOP, na introdução das nossas intervenções, já dissemos que é *copy paste* das GOP do ano passado. Por isso, quando alguém fazia referência a isso, escusamos, porque faltou criatividade. Pelo menos podiam mudar algumas palavras, mas é tudo igual. Por isso, não íamos cansar os colegas, voltando a falar da questão das Grandes Opções do Plano.

Também já vimos aqui pareceres, alguns que diziam que em muitos aspectos não têm enquadramento, não há o ajuste entre o que está inscrito nas GOP e o previsto no Orçamento Geral do Estado. Todos nós que estamos aqui ouvimos isso.

Outra questão tem a ver com as dívidas ocultas. Meu caro amigo, Sras. e Srs. Deputados, aquando do debate sobre o estado da Nação, o Sr. Primeiro-Ministro deu *show* em relação às dívidas ocultas. Deu *show* com relação à questão do Fundo Kuwait. Agora já não querem falar sobre essas coisas? Para mim, parece um bocado contra-senso, é estranho. Se calhar, já começaram a perceber o que é isso de dívida oculta, penso eu, questão das dívidas públicas. Eu acho que antes de o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças terem falado disso, não foram ver a Lei-quadro das Dívidas Públicas. Se a tivessem visto, não teriam falado dessas coisas aqui. Eu digo-vos uma coisa: quando falamos, temos muita gente a ouvir-nos, inclusive estudantes, que querem aprender conosco. Por isso, precisamos ter atenção. Ter atenção por quê? O senhor falou das dívidas ocultas, ditas camoufladas, escondidas, mas no relatório do FMI, em momento algum, encontramos algo que diga respeito às dívidas ocultas. A não ser que o senhor tenha um outro relatório e no *site* do FMI haja um outro relatório. Esse relatório é oficial.

O que a senhora falou também tem muito a ver com a tradução, que não foi feita por pessoas que estiveram, digamos, oficialmente credenciadas para traduzir, mas essa tradução que fazemos aqui, pensando que entendemos tudo.

#### *Murmúrios.*

O que está cá, senhora, se quiser eu posso fornecer cópias. Está em inglês e também em português. Para evitar dúvidas, eu tenho cá em inglês e em português. É melhor assim. Então, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, por favor, tragam o vosso relatório. Pode fazer-se isso agora, ir ao *site* do FMI, pegar lá o relatório e apontar-me exactamente em que parágrafo está lá escrito dívidas ocultas.

Eu dizia, numa das minhas intervenções, cá na Assembleia, que os senhores, por acaso, fazem milagres. Não é em vão que o Governo tem Jesus. Reparem bem: como é possível, volto a dizer isso, se o FMI descobre dívidas camoufladas, ocultas, como é que assina um novo programa convosco? Façam-me o favor gente, esclareçam-me isso. Assinou um novo programa, como? Se há problemas, há continuidade de Estado, não é isso? Quer dizer, havendo alguma situação anterior, este Governo deve assumir. Ou só assume coisas boas, que têm que ver com a requalificação da marginal, que têm que ver com o porto em águas profundas, que já vem de vários governos,...

**Uma voz do ADI:** — Pista do aeroporto.

... que têm que ver com a pista do aeroporto? Só isso é que vocês assumem? Assumam também os erros!

Isso quer dizer o quê? Se reconhecem que há falha, mas o relatório do FMI não diz nada do que vocês disseram, eu acho que, no mínimo, devem penitenciar-se. É o mínimo, porque nós não vamos esquecer. Muitas vezes vieram aqui tentar dar *show*, mas viram que isso não está a servir e agora estão aqui a tentar escapar-se. Nós não vamos aceitar escapatórias. Vamos falar e queremos esclarecimentos. É por isso é que a minha colega pediu para fararem do fundo do Kuwait. Está ou não está? Qual é a situação?

E quanto à dívida oculta, também não vamos esquecer. Tentaram é fazer sim propaganda, campanha, nada mais do que isso.

O outro aspecto tem a ver com as promessas. Nós dissemos isso ainda na última sessão plenária. Sr. Primeiro-Ministro, tem que explicar aqui à Nação qual é estratégia que vai usar para baixar o que prometeu. As pessoas também não vão se esquecer disso. O senhor prometeu baixar tudo, e nos dois GOP que o senhor apresentou, nas duas Grandes Opções do Plano, nesse caso, não define estratégias

nenhuma para baixar nada. Se calhar, bom, não sei, eu queria falar, mas não vale a pena falar sobre esses aspectos.

Gostaria só de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que tenha cuidado, quando tiver que baixar, baixar, baixar, baixar. Ao contrário do que o senhor baixou, eu não estava cá, estava de viagem, por isso não ouvi, mas lembrei-me duma coisa que o senhor baixou. Uma não, pelo menos duas ou três. O senhor baixou o combustível. O senhor encontrou a gasolina num valor e pôs noutro, baixou, com a ajuda do ex-director da ENCO, uma grande assessoria do Primeiro-Ministro, o ex-director da ENCO; o senhor também baixou outra coisa, que é o salário dos funcionários, o que o senhor nunca devia ter baixado. *Never more, jamais*, nunca mais. O senhor não pode, de maneira alguma, mexer no salário das pessoas! Eu acho que mesmo na oposição as pessoas sabem disso...

#### *Murmúrios.*

...eu acho que baixar, se calhar, no vosso vocabulário deve ser outra coisa. Baixar deve ser aumentar.

Muito obrigado, pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu vim cá para responder ao Deputado Danilson Cotú, sobre a minha intervenção, em relação à dívida oculta.

Pedi que nos fornecessem a relação das dívidas ocultas, porquê? De qualquer forma, a execução orçamental de 2019 foi condicionada, em partes, pela existência dessas dívidas ocultas. Foi e é condicionada pela existência das dívidas ocultas. E elas podem continuar a condicionar também o êxito das propostas orçamentais para 2020. É por isso que é bom, a nível do Orçamento, sabermos realmente qual é o peso dessas dívidas na execução orçamental. Temos que saber, porque não é não fazer parte do Orçamento. Se formos ver na proposta do Orçamento, há um mapa de dívidas públicas. E se formos falar das dívidas públicas, temos que falar dessas dívidas também.

Agora, eu não pedi que seja debatida esta questão. Pedi informações sobre essas dívidas, de forma a saber realmente se condicionaram ou não a execução orçamental de 2019 e como é que elas podem influenciar ou não a execução do Orçamento de 2020. Por isso é que eu levantei a questão de conhecimento dessas dívidas. Não quer dizer que não podemos debater. Quando acharmos que devemos debater, vamos propor o debate sobre essas dívidas, quando tivermos as informações todas necessárias. Neste momento, os Deputados não têm informações sobre essas dívidas ocultas. É preciso termos, para termos em que molde vamos debater essas dívidas.

Eu não gostaria aqui de estar a ir buscar um assunto que não faz parte do Orçamento. Fui buscar, porque na análise que fiz da execução orçamental, maior parte dessas dívidas condicionaram essa execução. Se estamos a falar de estratégias, vamos analisar a execução, quais foram as causas que prejudicaram essa execução, e ter a noção realmente de como é que podemos ajudar a resolver esse problema, para não voltar a condicionar o Orçamento de 2020.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD-MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu vim para discutir este Orçamento Geral do Estado, mas agora estou a entender outra discussão. Até aqui, vejo o Deputado Arlindo Ramos a tocar minimamente neste Orçamento Geral do Estado.

Meus Senhores, eu queria dizer que não sei o que é que queremos. Sinceramente! O Governo trouxe uma proposta para a Assembleia, para discutirmos o Orçamento Geral do Estado, a oposição faz o seu papel, e é normal, mas não insultar o Primeiro-Ministro, não descontentar o Primeiro-Ministro.

#### *Risos do ADI.*

Meus senhores, nós já mudámos 17 primeiros-ministros. Com o XVII Governo fez 17 primeiros-ministros. Nós só estamos na mesma situação. Perturbação! Para onde é que vamos levar isso, meus senhores? Nós estamos a falar aqui de continuidade de Estado. Todo governo deixa continuidade. O XV Governo deixou uma continuidade que o FMI agradeceu o trabalho dele, mas devido a politiquice ele perdeu as eleições.

#### *Aplausos do PCD/MDFM-UDD.*

Gabriel Costa. Estou a falar do Governo do MLSTP/PSD/MDFM/PCD. Ele deixou uma boa continuidade, estabilizou o País. Agora, como nós somos destruidores, os políticos deste País têm praga...

#### *Risos e aplausos gerais.*

...estamos cheios de praga, este País não vai a lado nenhum, meus Senhores. Quem sai prejudicado é o povo! Deixem o povo em paz e vamos fazer um papel importante, para a gente salvar este povo, que está numa miséria.

Meus Senhores, o País é nosso, nós somos um povo e uma só Nação. Vejam como Cabo Verde está. Vejam como outros países estão. Nós somos um dos países de África mais atrasado, em termos da nossa economia. Quero dizer-vos que o País não pode continuar assim! Não desmoralizem o Primeiro-Ministro, que tem vontade de trabalhar. Um Primeiro-Ministro que trabalhou 1 ano, mobilizou salário e não foi à banca até agora.

**Uma voz do ADI:** — Não foi?

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD-MDFM-UDD): — Ele não foi à banca, até agora. Ele está sem capital, mas está a lutar. Eu pergunto, como é? Quem é que vem organizar este País? Deixem o homem e vamos trabalhar 4 anos. Deixem o Primeiro-Ministro trabalhar 4 anos, que ele vai deixar continuidade. Se o senhor for para o poder, verá continuidade.

**Vozes do ADI:** — Oh! Oh!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Isso é um modo de falar, é normal. O senhor também falhou muitas vezes.

Portanto, meus senhores, este Governo tem pernas para andar.

Sr. Primeiro-Ministro, por amor de Deus, não desanime!

*Risos gerais.*

Sr. Primeiro-Ministro, mantenha a sua posição.

*Aplausos do PCD/MDFM-UDD.*

Tenho a firme certeza de que este Governo vai dar provas, porque quando os inimigos vêm pessoas no bom caminho, tentam destruir.

*Aplausos do PCD/MDFM-UDD.*

Isto é destruição. 80% da população, que é cristã, apostou no senhor, porque o povo sabe que o senhor vai dar resultados. Este Governo está no bom caminho. A oposição quer destruir, e é por isso que nós não podemos fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, antes de intervir, gostaria de saber qual é a informação que tem sobre o almoço.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Chêêê!

*Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Estamos a trabalhar, para o País! Cuidado, Srs. Deputados! Tenham calma!

Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, há questões que o Governo precisa responder, depois para nós podermos intervir, porque assim fica um acumulado de questões...

Sr. **Presidente**: — Se o Governo pedir a palavra, a Mesa dará.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, rapidamente, eu ainda estou a desenvolver a minha preocupação, mas gostaria só de chamar atenção para um pormenor que devia ser dito antes. É que o Sr. Primeiro-Ministro, na sua apresentação, havia falado de 8 meses de execução do Orçamento e também fez menção que os Deputados da oposição iriam usar o microfone. Eu gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que nós não gostamos dessa ironia. Isso caiu-nos como se fosse uma ameaça, o que é muito triste, porque para um Governo e uma bancada que sempre falou e disse que ninguém tem medo do Parlamento, por que carga de água vem essa expressão de que os Deputados vão usar o microfone,

para poder desbarrar ou disparar, e essas coisas. Não! Não pode ser! Só gostaria de manifestar sobre isso.

É muita incongruência, nesse aspecto, temos que debater. O meu colega falou em dívidas ocultas, temos que debater dívidas ocultas, sim. As dívidas ocultas têm que ser debatidas neste Orçamento. Houve uma propaganda deste Governo, em dizer que havia dívidas ocultas. E agora temos que debater, porque se o Governo acabou de assinar com o FMI, em Outubro passado, o acordo de um novo programa com o FMI, então, como é que o Governo diz que há dívida oculta? O FMI, quando os países têm dívidas ocultas, não assina novos acordos, como aconteceu com a República de Moçambique. É verdade ou mentira, Srs. Deputados?

**Vozes do ADI:** — É sim.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI):— Então, o Governo está sempre a falar de dívidas ocultas, quando acaba de assinar um acordo com o FMI. Se havia dívida oculta, como é que o FMI ainda assinou o acordo?

O FMI suspendeu o acordo com a República de Moçambique, porque há esse caso de dívidas ocultas. Estão a confundir dívidas ocultas, que posteriormente iremos desenvolver, com outra coisa, mas não temos muito tempo...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD-MDFM-UDD): — Qual coisa?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Eu gostaria só de frisar, rapidamente, para depois no segundo tempo vir outra vez reforçar a questão das viagens, Sr. Primeiro-Ministro. Vimos aqui neste Orçamento, em termos de viagem, que o seu Governo bateu um record. Vou falar rapidamente em números. Sr. Primeiro-Ministro, encargos com viagens, a minha colega já esteve aqui, mas vou só reforçar. Em 2018, até Setembro, o Governo teria gastado Dbs. 9 440 000 00. E agora, no mesmo período, Setembro, os senhores já gastaram, 11...

**Umas vozes** do MLSTP/PSD: — Oito...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ... oito, quase o mesmo valor, em oito meses de execução.

*Ruídos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**Uma voz do MLSTP/PSD:** — É uma vergonha!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...gastaram 8 294, quase em 8 meses de execução. E agora os senhores programam, até Dezembro, para gastarem 11 058, quando, no ano passado, nem chegou a esse valor os encargos com viagens. É um absurdo, terem dito o que disseram sobre viagens e estão a viajar mais do que o outro governo, e com um reparo grave: estão a viajar e não estão a mobilizar nada para o País. O outro governo ainda viajava e mobilizava. Mobilizou com a China, com o Banco Mundial, com o FMI, mobilizou com vários parceiros, tudo veio entrar em execução, em 2019. Vossas Excelências andam a viajar e não conseguem mobilizar nada. Zero, zero, Sr. Primeiro-Ministro! E ainda, o cúmulo do pecado, programam Dbs. 15 529 000 00, para gastarem no ano 2020. No ano 2020, estão a programar para gastar 15 milhões, na rubrica de viagens. É o mesmo Governo que vem dizer que o outro governo gastou muito com as viagens, isso é um absurdo, e o povo precisa saber disso.

*Murmúrios gerais.*

**Uma voz** do MLSTP/PSD: — Você veio de viagem agora!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Correia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD, Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD-MDFM-UDD): — Primeiro, gostaria de agradecer ao Deputado Carlos Correia, por ter facilitado o meu trabalho. Era justamente sobre isso que eu queria falar. Sr. Deputado, os números cá estão. O senhor não teve o cuidado de ler a coisa e deu aqui uma escorregadela, mas pronto. A realização de encargos com viagem, até Setembro de 2018, era de 9 440. Certo? A realização de Setembro de 2019, 8 294. Um bilhão e tal a baixo.

Atenção, Sr. Deputado! Está a esquecer-se de um conceito muito importante, quando se fala de Estado, que é a unicidade de Estado. Estado é uno, é único. Não me venha aqui dizer, Sr. Deputado, que existem áreas reservadas à acção diplomática, quando se trata de governo do ADI, e que existirão áreas reservadas para outros partidos, quando estiverem no poder, e por aí adiante. Dizer isto é não ter ao certo noção daquilo que é um Estado. Os parceiros existem, cada governo trabalhará com os parceiros de acordo à sua estratégia, de acordo à sua visão.

Eu não gostaria de repetir o que já disse aqui Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, em relação a um dos parceiros, com quem houve claramente a questão da continuidade de Estado, mas vou dar-lhe só um exemplo, porque alguém falou disto. Eu fiz parte do XV Governo! Quando estivemos já no fim do mandato, as viaturas que foram compradas, através do financiamento de um parceiro, nesse caso Marrocos, ficaram. Quando Vossas Excelências assumiram o poder, deram continuidade e não censuramos, por quê? Porque se trata da questão do Estado. Um dos Deputados, não foi o senhor, disse aqui que muitas pessoas nos seguem pela rádio, pela televisão, para aprenderem. Então, não distorçam aquilo que é o conhecimento básico que os alunos aprendem. Nas universidades, os alunos aprendem que o Estado é uno. Não me venha aqui com esses rodeios.

Olhando para a TOFE, iria aconselhá-los a ter em conta o seguinte, e é outro conceito básico: quando se fala do orçamento, trata-se de uma previsão, e é normal que o Governo faça essa previsão que cá está. O fundamental é a execução. Aí sim é que deveríamos centrar a nossa atenção.

Entretanto, para terminar, tenho uma dificuldade enorme em desligar-me da história. A história está cá e temos que saber recorrer a ela, sempre que necessário. Muito dos senhores estiveram aqui presentes, quando se fez o empréstimo de 30 milhões de dólares, sem dar confiança à Assembleia Nacional! Isso não se trata de ocultar uma dívida? Estão a brincar com coisa séria? Trata-se de um Estado. Se conhecem o Regimento, sabem muito bem que qualquer empréstimo deve ser feito, a partir de um determinado montante, com a autorização da Assembleia Nacional. Isto é básico. Entretanto, depois de feito o empréstimo, existem outras tramitações, por exemplo, uma delas é registar no Gabinete de Dívida. Está registada?

A minha percepção dessas dívidas que foram escondidas, que foram *balunguadas*, é porque elas não seguiram as tramitações.

Houve uma pergunta dirigida aqui ao Governo que eu, particularmente, acho que o Governo nem deveria entrar por aí. Porquê?

*Murmúrios do ADI.*

Porque se trata de um assunto que foi entregue à Justiça, está no Ministério Público, está no foro judicial. É bom que se espere o resultado. Esta é a minha leitura, respeitem aquilo que diz a Lei.

O Sr. Presidente: — São 13 horas e 42 minutos.

Tem palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. Alda Ramos (ADI): — É uma questão simples que gostaria de fazer ao Sr. Primeiro-Ministro. Em relação à baixa dos salários, o desconto que foi feito, o Sr. Primeiro-Ministro tem noção das lágrimas que foram vertidas com relação a essa baixa?

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que nos próximos orçamentos fizesse um exercício, para que todos os são-tomenses pudessem ter a informação daquilo que é o OGE. Por um lado, porque o cidadão quer saber a onde vai buscar o dinheiro, mas, por outro lado, gostaria de saber como é que vai gastar o dinheiro. Vem ao de cima a questão da transparéncia e da boa governação. Estamos a falar do orçamento do cidadão e somos avaliados pelos nossos parceiros. E é importante, porque estamos numa democracia de pequena escala e a participação das pessoas é importante.

Hoje, estamos a discutir a proposta de OGE para 2020, mas não sabemos o que foi feito com o valor aprovado no Orçamento de 2019. O povo não sabe. É questão de transparéncia. A execução foi feita, mas não sabemos a qualidade da execução e o montante executado, em detalhes. Por quê? Porque o orçamento, em despesas por função, vem lá a dotação e depois vem um espaço vazio que é o montante e depois a percentagem da execução. Nem toda a dotação se consegue o financiamento. Então, qual é o montante que foi executado por cada dotação? É necessário saber. Por exemplo, quanto é que se gastou com a TVS? Quanto é que se gastou com a Rádio Nacional, em determinados projectos, em determinadas actividades? Elas são contínuas, mas justamente para 2019, o que é que se gastou? É questão de transparéncia. Precisamos, enquanto Deputados, fazer essa fiscalização, porque facilita o nosso trabalho e também o do Governo. Por isso, é que os debates da execução trimestral são importantes, para podermos debater, trimestral e semestralmente, a execução, para sabermos até que nível o Estado está a conseguir realmente atingir os objectivos estipulados.

Para 2020, acho que não há nenhum impedimento, para que, em Abril, o Governo pudesse apresentar a execução deste Orçamento.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, preocupa-me bastante a carga fiscal que hoje temos, porque sente-se a dificuldade diária dos são-tomenses, em poder custear as suas despesas. Com este Orçamento de 2020, a carga fiscal, de certeza, vai ser superior à de 2019. E já estamos sufocados, as pessoas estão sufocadas. Se antes diziam que estão a passar fome, comem no lixo, isso está a continuar.

Estou de acordo que os são-tomenses têm que pagar, temos que pagar, mas temos que arranjar também outras formas e não estarmos a carregar fiscalmente. Os bolsos já estão vazios, vamos tirar aonde? Algumas empresas, de certeza, vão fechar as portas.

Não estou de acordo que os são-tomenses vão ao Hospital e não paguem nada. Não! Temos que implementar medidas, temos que pagar, as senhoras vão à maternidade têm o serviço e não pagam, por quê? Isso tem que ser pago, temos que inverter a situação e todos temos a perfeita consciência que temos que contribuir. Uma criança vai à escola, ensino básico, secundário, vai às vezes até a universidade e não sabe quanto custou a educação, não retribui. A educação tem que ser paga! Uma licenciatura custa fortuna ao Estado, o encarregado de educação ou o aluno têm que pagar a formação, porque não é gratuita. Temos que encontrar, na nossa sociedade, uma forma de invertermos as coisas, mas a carga fiscal, Sr. Ministro das Finanças, não sei qual é o percentual em relação ao PIB, neste momento, gostaria de saber, mas temos que ter cuidado, porque está sinceramente difícil e pode provocar evasão fiscal, porque há empresas que não vão conseguir pagar.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Deputado Carlos Pinheiro, concordo consigo, num aspecto que tem a ver com empresas que estão em situação difícil, mas recorda que aprovou aqui também o Código de Trabalho e eu gostaria de desafiá-lo, uma vez me desafiou, no sentido de me dizer se o Código de Trabalho carece ou não de uma revisão. Temos a possibilidade de alterar as leis, é nossa prerrogativa, na base da sua consciência e da preocupação que tem, clara e digna, com as empresas, diga-nos se merece ou não ser revisto.

Sua Exceléncia aprovou aqui e a consequência do Código que aprovou é o que disse aqui: as empresas correm o risco de começar a demitir pessoas.

O Sr. Presidente: — Estamos próximos das 14 horas, vamos passar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro e, não havendo mais inscritos, encerraremos o debate e retomaremos amanhã, às 9 horas.

Tem palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao IVA, que eu disse «cautela», é porque estamos agora a trabalhar com o Banco Mundial, por causa da questão do sistema informático e, como a Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP) está em concurso público, pode haver efectivamente algum atraso.

Sr. Presidente, acho que o Sr. Deputado Danilson Cotú já falou de viagens, porque na TOFE temos encargos com viagens. O que foi realizado em Setembro de 2018 e o valor de 10 000 que está em 2018 não é realização de 2018, é estimativa de 2018. Quando chegarmos a Dezembro, vamos ter o realizado 2018 e 2019. A estimativa que está cá de 2019 é uma estimativa correspondente a esse mesmo ano. Ou seja, não vamos comparar o realizado com o estimado, temos que comparar sempre o realizado com o realizado. Então, em 2018, foram nove mil, quatrocentos e pouco e, em 2019, oito mil, duzentos e pouco. É só para verem que, efectivamente, reduziu. Apesar de que, na altura, o Sr. Deputado Carlos Correia, eu recorde, sempre defendeu que esse valor ainda era pouco. Nós reduzimos, mas ainda era pouco.

Relativamente ao Orçamento, Sr. Deputado, na página 26, pode ver a carga fiscal de 2018 e a de 2019. Está cá na página 26 do Orçamento. E o Orçamento, de 6 a 26, tem a execução de 2019, até Setembro. Tudo que nós fizemos é até Setembro.

Sras. e Srs. Deputados, relativamente à questão de dívidas ocultas que estiveram a falar, alguém falou de Moçambique como referência, e acredito que as pessoas têm amizade com dirigentes de Moçambique, deveriam saber exactamente o que é que estão a considerar dívidas ocultas. Deveriam saber.

O Ministério Público fez uma solicitação e nós respondemos em função daquilo que nos solicitou. Se o Grupo Parlamentar do ADI quiser alguma coisa, oficialmente, peça que a gente faz chegar, sem problemas nenhuns.

Relativamente ao Fundo do Kuwait, é algo que eu, pessoalmente, estou a lutar para que se esclareça. Os meus encontros nunca são camuflados. Eu, na reunião com o FMI e o BAD, até nem foi no FMI, foi no BAD, solicitei um encontro, porque eu precisava de papéis. Eu precisei dos papéis e falei directamente com os que estavam lá presentes, e fiz a carta a pedir que viessem cá. Se viessem, já saberiam. Enviei uma carta, sobre a conversa que tive, para virem cá. Ainda não responderam. Propus uma data e concordaram, verbalmente, fiz a nota, mandei para o Fundo do Kuwait, que viessem ao País. E eles...

*Murmúrios.*

Escutem! Deixem-me acabar, senhores. Estou a falar do encontro. E eles, pessoalmente, disseram, ok, faça a carta. Fiz a carta e estou à espera.

O meu pedido foi para virem a São Tomé e Príncipe, no dia 16 de Dezembro, para esclarecermos as coisas. E mais, porque houve um compromisso, há um acordo, está assinado, eles estão a cobrar juros de mora, tem que constar no Orçamento. As Finanças não têm o poder de tirar nada, sem que haja uma decisão, não do Ministério das Finanças. Aí do Ministério das Finanças se fizer uma coisa destas. Qualquer dúvida que está registada, as Finanças não têm o poder de tirar.

*Murmúrios.*

Eu disse, qualquer acordo ou dívidas, mesmo se estão ou não correctas, as Finanças não podem tirar dali. O que é que acontece? Temos estado a receber documentos para isso, eles vão chegar ao País e se esclarecerá.

Na RTP-África, alguém disse que há documento do trabalho feito e tudo mais, nós não temos. Se houver, quem tiver, por favor, faça-nos chegar. Alguém falou na RTP-África, dizendo que já se fez chegar a São Tomé o documento do trabalho que foi feito. Pelo menos eu não tenho. Perguntei aos Ministérios todos, não têm nada, mas se alguém tiver, por favor, faça-nos chegar, porque nós precisamos.

Pelo menos, daquilo que tem a ver comigo acho que...

*Aplausos do MLSTP/PSD PCD/MDFM-UDD.*

**Uma voz:** — Artigo 74.º.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Artigo 74.º. Todo esse processo do IVA veio do passado, incluindo as taxas. Essa taxa que agora estão a dizer que é muito alta, que nós lutámos tanto para reduzir, já estava acertada com o governo cessante, inclusive, uma das barreiras...

*Risos e murmurios.*

...estou a falar, uma das barreiras que levou o tempo de negociação foi porque queríamos reduzir essa taxa de 15 %. Fizemos tudo, mas o FMI disse que já estava assumido. E mais, os 25 que nós vamos colocar, e que também foi chamado atenção para colocar, é dentro deste pacote do IVA. E nesse pacote, assumimos o processo de continuidade, sem problemas nenhum. Eu pensava que os Deputados que defendiam o governo, na altura, chegassem aqui e diriam: «meus senhores, muito bom, porque foi nossa iniciativa, os 15%, os 25 funcionários, por favor, avancem, porque é mesmo assim, estamos bem!» Hoje, já é complicado? Estranho hem! Mas isto é mesmo política!

Muito obrigado!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente:** — Portanto, chegámos ao fim do debate, vamos...

**Uma voz:** — Não acabamos.

O Sr. **Presidente:** — Ah, são dois Ministros?

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A Ministra dos Negócios Estrangeiros e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Só duas palavras.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação** (Elsa Pinto): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas, muito boa-tarde.

Parecia que havia disponibilidade em continuarmos, aceitamos o repto e estamos cá para continuar e para trabalhar.

Eu queria responder, rapidamente, à preocupação de um Deputado, ele acabou de chegar. Eu queria dizer a esse Deputado, pelo menos, faça o exercício de ver os telejornais. Estamos em sede de receber cartas credenciais. Ontem recebemos um pacote, hoje recebemos outro, e esse Deputado devia pelo menos ver que a Ministra dos Negócios Estrangeiros estava aí, com Sua Excelência o Sr. Presidente, a receber cartas credenciais. O Deputado está a alimentar uma inverdade. Portanto, pelo menos leia, como cidadão e como político, e veja os telejornais.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Excelências, eu pensava que a discussão do Orçamento Geral do Estado fosse um espaço de excelência para discutir políticas públicas...

**Uma voz:** — Exactamente.

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação:** — ... direcionadas ao bem-estar comum, ao bem-estar colectivo. E cada governo determina as suas prioridades. Este Governo determinou as suas prioridades. E nós estamos cá, justamente trazemos a este palco, a esta augusta Assembleia, as nossas prioridades para 2020. E essas prioridades estão aqui plasmadas nas Grandes Opcões do Plano e no OGE. Ora, o que eu estou a ver é apenas uma ansiedade profunda de resposta para determinadas questões de natureza política do passado e que talvez são perturbadoras. Mas isso não é para o nosso povo. Isto é para resolver o problema de cada um, ou as questões pendentes de cada um, mas aqui é para discutir políticas públicas: água, saneamento, comida para o nosso povo, e é isso que nós estamos aqui a fazer.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Este Governo elegeu a política externa como um meio para o desenvolvimento e captação de investimento directo privado, na medida em que a ajuda externa traduz o assistencialismo, e já não dá para este País! Não temos! Até porque, de acordo com o panorama económico internacional, os países também têm os seus problemas. Nós temos que ser auto-suficientes, e essa auto-suficiência passa por uma coisa: captar investimento directo privado. E o que é que eu tenho feito, como Ministra dos Negócios Estrangeiros? É isso que eu tenho feito.

Falam-me de heranças, falam-me do passado, falam-me daquilo que já aconteceu, mas eu cheguei à China fui eu que assinei, com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da China Popular os estudos para a pista do aeroporto, o investimento para o aeroporto...

Quem marca golos é quem ganha!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

A requalificação da cidade, fui eu e está lá patente no acordo. Abram os jornais, está lá. Eu é que assinei todos esses. Se houve negociação, houve negociação, eu não sei. Só sei que eu é que negociei e assinei!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Minhas senhoras e meus senhores, recebi a delegação da Holanda e recebi a delegação do Banco Europeu de Investimento. Chegaram-me aqui, disseram-me que havia dificuldades no financiamento das obras de requalificação da marginal, nós negociamos, hoje eu assinei a subvenção, com o Banco Europeu de Investimento, de 12.5 milhões de dólares e nós demos orientações para que o nosso Embaixador em Angola assinasse outra subvenção com a Holanda, de 29 milhões, para a requalificação da Marginal. Este Governo está a trabalhar ou não está a trabalhar?

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Eu estou a falar da cooperação com Japão, toda gente viu, porque cada vez que viajo, tenho esta preocupação, eu mostro o que faço. Não é paleio! É para que Vossas Excelências possam entender o que é política externa e a captação de investimentos para um país encravado como nosso!

*Murmúrios.*

Eu cheguei ao Japão e o Japão aumentou a quantidade de arroz que vai dar a São Tomé e Príncipe nos próximos anos, diversificou os apoios. Pesca, 1.6, está aqui, já chegou.

Com o FIDA, conseguimos 25 milhões, 10 milhões serão disponíveis no próximo ano, para os nossos agricultores.

Nós estamos a pensar ou não estamos a pensar no povo?

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Meus caros são-tomenses, não façamos a política de poupar tostões e gastar milhões! É preciso ir buscar, e buscar também custa! É preciso dar a cara. É preciso convencer. É preciso credibilizar, porque este País tinha caído no descrédito, e Vossas Excelências sabem!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — Porque quando os investidores viam, pediam 20%, os investidores iam-se embora!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Meus senhores, neste momento, temos que insistir com a União Europeia sobre o Porto do Príncipe. Está na agenda. Ontem, comecei a negociação com a Sra. Embaixadora para o Porto do Príncipe. Precisamos avançar!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Assinamos, ontem, 2.5 milhões para a questão da violência baseada no género. É falar de política, porque é uma realidade. Nós temos cá mulheres nesta Sala. Nós ontem assinámos 2.5 milhões para um projecto com a União Europeia, para a violência baseada no género, que continua a crescer no nosso País. Dizemos que é tabu, mas é uma realidade. É preciso acompanhar as mulheres, as vítimas da violência e etc.

Meus senhores, eu sou da escola de Deputada que quando um deputado falava, outros ouviam, e eu aprendia. Eu sou daquela escola! E espero que as lições do passado possam servir para essa nova geração de Deputados. É que quando alguém fala, outro tem que ouvir...

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Fica a ouvir!

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — ...porque cada um tem o seu tempo de falar e ouvir.

**Uma voz:** — Calma! Calma!

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação**: — O que eu tenho mais é calma, Suas Excelências. Sempre tive calma!

*Murmúrios.*

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar nesta senda.

É preciso, agora, promover o País.

A questão do turismo é fundamental. A industria cultural, a indústria turística é fundamental para o nosso País. E casar o turismo com a indústria, com a medicina tradicional. A Índia, por exemplo, quer juntar a sua medicina tradicional com a medicina tradicional de São Tomé e Príncipe. Precisamos construir essas ideias e empoderar a nossa juventude e as nossas mulheres. É isso que temos que fazer.

Agora, contas ocultas, elas são ocultas, ninguém vaivê-las. Há coisas que se faz que só Deus sabe. Essa pessoa com Deus é que sabe, porque estando oculto, um dia há-de aparecer, de certeza.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros.

*Murmúrios.*

Estou a ver Deputados a se inscreverem de novo. Já tínhamos acordado ouvir o Governo e terminar.

*Murmúrios.*

Assim, vou submeter a proposta do Deputado Amaro Couto...

*Murmúrios.*

...porque já tínhamos acordado ouvir o Governo, encerrar o debate e retomar amanhã, mas estou a ver Deputados a levantarem as mãos.

Vamos ouvir o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wando Castro): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, boa-tarde.

Venho apenas complementar a informação relativa às questões de viagens, com mais números, desta vez, cingindo-me apenas ao Governo. Já foi aqui dito que o que está reflectido na TOFE é do Estado. Inclui a Assembleia, a Presidência, as Câmaras, o Governo Regional.

Só para lembrar que, a nível do Governo, no início de Janeiro, creio que foi no debate sobre o estado da Nação, ou no Programa de Governo, já não lembro, foram anunciadas duas medidas, para tentar estancar as despesas exageradas, no que toca a viagens e comunicações. O Governo anunciou que adoptou uma resolução que proibia ou impedia os Srs. Ministros de viajarem ou comprarem bilhetes da classe executiva, quando fosse viagem assumida pelo Estado, e também definiu um *plafond* de comunicação para os membros do Governo. Estamos a falar dum Governo que é maior do que o anterior. Esta medida reflectiu-se em números como esses, vou comparar 2017 com 2019, porque foram os anos em que a execução foi completa. Despesas de telecomunicações do XVI Governo, só membros do Governo e o Primeiro-Ministro, Dbs. 5 934 661 00 (cinco milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e uma novas dobras). Em 2019, despesas de telecomunicações deste Governo, que é maior: Dbs. 2 671 000 00 (dois milhões, seiscentos e setenta e um mil dobras), menos que metade.

Despesas com viagens, em 2017, dos membros do Governo e Primeiro-Ministro: Dbs. 1 726 194 000 00 (um milhão, setecentos e vinte e seis mil, cento e noventa e quatro dobras).

2019, Dbs. 982 412 00 (novecentos e oitenta e dois, quatrocentos e doze dobras. Uma diferença de 746 milhões de dobras, um Governo que é maior que o anterior.

Portanto, nós anunciamos e cumprimos. Houve redução nos gastos do Governo, relativamente a viagens e telecomunicações. E um exemplo máximo daquilo que é prática de alguém que leva a sério esta questão de despesa criteriosa de viagens é Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Era suposto sair amanhã para uma Cimeira em Nairobi...

**Uma voz:** — Sábado.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — ...no Sábado, para Quénia. Houve informações erradas que as despesas seriam assumidas pela organização, mas, em última hora, disseram que não, São Tomé e Príncipe teria que assumir todas as despesas. Naturalmente, fez-se as contas, pediu-se a projecção de custos e, como eram muito elevados, devem imaginar o que é que aconteceu, a viagem foi cancelada.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente** (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Colegas Ministros e Ministras: Nós viemos para fazer alguns esclarecimentos rápidos.

Primeiro, para complementar aquilo que os meus colegas disseram quanto a vários projectos de continuidade e projectos iniciados por este Governo. Nós temos de facto vários projectos, alguns estão no Orçamento. Temos outros que estão nas GOP, mas como estamos numa perspectiva de mostrar realizações, preferimos falar daqueles que estamos a iniciar quando estiverem em execução. E vamos mostrá-los.

Quanto à questão específica do Príncipe, energia, nós somos acusados de certa forma de termos degradado a produção de energia na ilha do Príncipe, uma falsa questão. Quando chegámos, em 2018, o Príncipe tinha energia 24/24 e nós chamámos atenção para que o Príncipe começasse a fazer racionalização, porque os geradores não iam aguentar. Dissemos isso! Eram 3 máquinas a funcionar de forma permanente, sem 1 hora de descanso. E ia acontecer a mesma coisa que aconteceu em São Tomé. As máquinas a funcionarem, sem descanso, sem uma outra alternativa para substituir, não iriam durar muito tempo. E aconteceu! Depois de alguns meses começaram a sair de funcionamento, uma por uma. E hoje, nós temos a ilha do Príncipe na situação em que se encontra, porque as máquinas não aguentaram. Pusemo-las em manutenção, recuperámos algumas e fomos forçados a fazer a racionalização na ilha do Príncipe, por conta do cansaço das máquinas.

O que nós temos, neste momento, são duas situações: o problema de combustível, que é para as duas ilhas, e a capacidade de produção na ilha do Príncipe, que não é suficiente, e que vai ser resolvida agora em meados do mês, para funcionar como máquinas de substituição.

Mas reparem, quando chegámos, tivemos aquele problema de extensão da rede, sem capacidade de resposta na produção. E a primeira coisa que fizemos foi preocuparmo-nos com a produção, para dar resposta àquilo que o Governo anterior fez, que foi estender a rede para outras localidades. Levou algum tempo, mas já neste mês, podemos dizer exactamente, no dia 12, chegarão os primeiros geradores para serem ligados à rede, na ilha de São Tomé e na ilha do Príncipe. Termos um gerador para a ilha do Príncipe, que deve estar desembarcado no dia 14 ou dia 16, e imediatamente levado para a Região Autónoma do Príncipe...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD-MDFM-UDD.

...e dois geradores para a ilha de São Tomé, para também dar descanso e reforçar a capacidade de geração nas nossas ilhas. Estamos a fazer de tudo para que essas máquinas entrem na rede, antes do período de festa. Este é o nosso compromisso e nós tudo faremos para que ele seja materializado.

Portanto, é esta a resposta.

Também gostaria de dizer ao Deputado Carlos que, neste momento, a ilha do Príncipe tem energia eléctrica.

Obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Chegamos ao fim deste debate, vamos suspender, conforme havíamos acordado...

*Murmúrios gerais.*

Nós havíamos acordado fazer uma directa até às 14 horas, suspender e retomar amanhã. Houve acordo! Toda gente concordou. Portanto, não vale a pena...

Amanhã, estaremos cá outra vez e eu peço aos Srs. Deputados para estarmos a horas, para evitar este cansaço desnecessário, porque iniciámos muito tarde.

Portanto, está encerrada a sessão.

*Eram 14horas e 20 minutos.*